



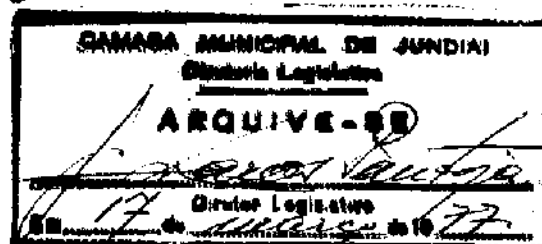
# Câmara Municipal de Jundiaí

Interessado : L Á Z A R O      D E      A L M E I D A

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 337

Assunto : constituição de Comissão de cinco (5) Srs. Vereadores para  
representar esta Edilidade no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS,  
a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo, na cidade de  
Praia Grande - SP.

*Resolução nº 234/77*

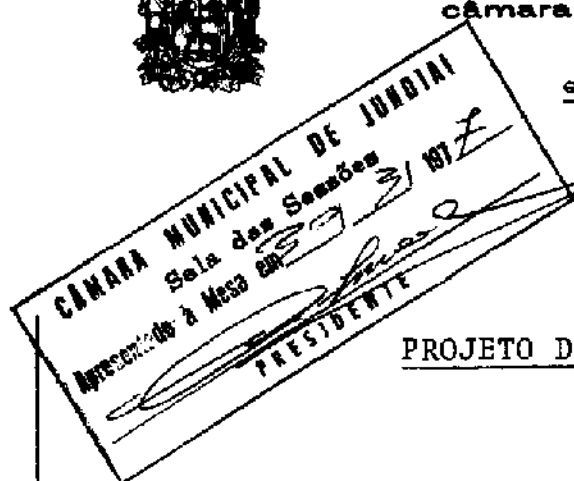


Proc. No 14338  
Clas. 502.322



câmara municipal de Jundiaí  
estado de são paulo

GABINETE DO PRESIDENTE



|                             |           |
|-----------------------------|-----------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ |           |
| PROTOCOLO DATA              |           |
| 014328                      | 25 MAR 77 |
| CLASSIF. 502.322            |           |

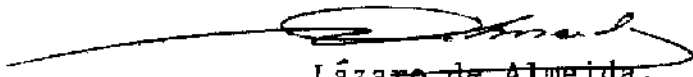
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 337

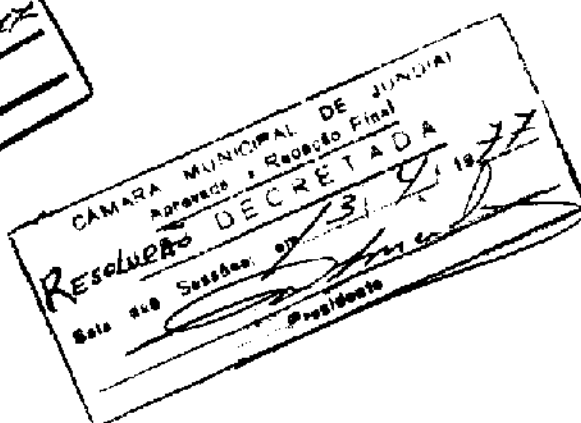
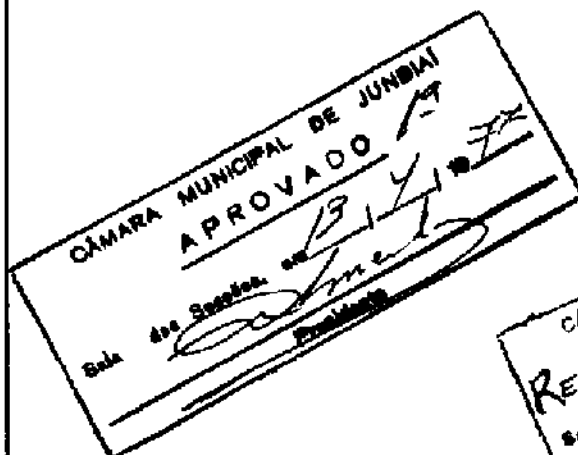
Art. 1º - Fica o Presidente da Mesa autorizado a designar uma Comissão de cinco (5) Senhores Vereadores para representar a Câmara Municipal de Jundiaí no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo, na cidade de Praia Grande, estado de São Paulo.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta da verba 101.01.07.021.2.030.31.40 -DESPESAS COM VIAGENS, ESTADAS E REPRESENTAÇÕES.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de março de 1977.

  
Lázaro de Almeida.



y/

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

OCEAN PRAIA CLUBE - PRAIA GRANDE - 24 a 29 DE ABRIL DE 1977

PROMOÇÃO: Associação Paulista de Municípios

INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: - Governo Municipal: Executivo e Legislativo de Praia Grande  
- Banco do Estado de São Paulo (BAIESPA)

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL ..... - Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, Secretaria de Relações do Trabalho e Sec. de Comunicações.

LOCAL DE HOSPEDAGEM: - Colônias de Férias dos Sindicatos e Hotéis de Praia Grande.

Companheiro Municipalista:

1. A Associação Paulista de Municípios realizará o XXI Congresso Estadual de Municípios, de 24 a 29 de abril no Ocean Praia Clube - Praia Grande, Estado de São Paulo.

O Congresso visa estabelecer diretrizes para a solução prática e imediata de problemas municipais. Seu temário mostra as preocupações dos nossos municípios com relação a problemas de fundamental importância para o próprio País.

2. Temário: "FORTALECIMENTO DA RECEITA PÚBLICA"

3. Reuniões Preparatórias: /26.02. - SACUPIRANGA / 09.03. - TAQUARITINGA / 10.03. - SANTA FÉ DO SUL / 11.03. - COLINA / 12.03. - AGUDOS / 13.03. - ARAÇATUBA / 14.03. - QUATÁ / 15.03. - SÃO BERNARDO DO CAMPO / 17.03. - MONTE MOR / 18.03. - JARDINÓPOLIS / 25.03. - CATANDUVA / 26.03. - MAIRINQUE / 30.03. - CRUZEIRO / 31.03. - MOGI-GUAÇU / 02.04. - TAMBÁU /

4. As teses fora do temário não farão parte da Carta de Praia Grande mas integrarão a Fautá de Reivindicações.

Devem ser elaboradas em 5 cópias, espaço duplo, linguagem simples, objetiva e com todos os dados necessários a sua elucidação.  
Prazo de entrega das teses: Até o dia 15.04.1977, na sede da A.P.M.

5. III SEMINÁRIO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: As esposas dos Congressistas (incluindo líderes sindicais) será ministrado o III Seminário de Participação Comunitária, sob a presidência de Dona Lila B. Bafilio Martins.

A presença do companheiro municipalista e de sua esposa neste Congresso será uma deferência que muito apreciaremos e uma honra para os municípios paulistas.

A presença, também, às reuniões preparatórias será de grande valia para o movimento municipalista.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
Gabinete do Presidente  
AGRADECER  
em 2 de 3 de 1977

São Paulo, 24 de Fevereiro de 1.977  
Associação Paulista de Municípios  
WILSON JOSÉ  
Presidente

OBS: A Rádio Nacional de São Paulo, das 6,00 às 6,30 hs., das 9 às 10 hs. (OC) e das 11,00 às 11,25 (OC), transmitirá permanentemente informações sobre esse certame.

São Paulo, 09 de Fevereiro de 1.977

senhor Presidente:

A Revista Paulista dos Municípios, nº 13 publicou matéria que por ser de interesse dos nossos vereadores, prefeitos e servidores municipais, destacamos de sua composição para o seu conhecimento.

Saudações Municipalistas  
PEDRO SHIKAKU MIYAMURA  
Secretário Geral

PRESIDENTE DA COSESP FALA DO "SEGURO DOS MUNICÍPIES" (Revista Paulista dos Municípios).

"O Sr. Nelson Abud João, presidente da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, disse à Revista da APM, que até o final deste exercício a COSESP pretende contar com a adesão de todas as prefeituras do Estado ao "seguro dos municípios". Considera que o seguro em grupo feito às expensas do erário público, para fornecer um lastro financeiro às famílias de vereadores e funcionários públicos municipais, em caso de morte dos mesmos; ou a eles próprios, em caso de invalidez, "é uma importantíssima medida social".

"Por idealização de Wilson José, presidente da Associação Paulista de Municípios - afirmou Nelson Abud - foi criado o seguro - que nós chamamos de seguros dos municípios, que possibilita dar garantias de sobrevivência àqueles que se dedicam muitas vezes sem remuneração, à comunidade municipal, e às suas famílias. A medida foi plenamente aceita, inclusive o Tribunal de Contas do Estado já autorizou às prefeituras arcarem com a taxa de prêmio, e contamos atualmente com a adesão da maior parte dos municípios do Estado. - até o final do presente exercício esperamos contar com todas as prefeituras do Estado de São Paulo".

Sobre o seguro rural, o presidente da COSESP disse que "a Companhia tem a precípua função no Estado de realizar e efetivar seguros rurais, dentro de um dos principais objetivos do Governo Paulo Egídio, que é a fixação do homem do campo. Assim, há uma porção de alternativas idealizadas pelo nosso governador, no sentido de dar ao agricultor uma garantia de seu trabalho. Temos constantemente recebido correspondência de todos os órgãos do Estado, no sentido de criarmos mais emotividade em nosso trabalho. E isso tem nos dado uma grande alegria, porque realmente, através do seguro rural a COSESP está atingindo aquele desejo.

"A COSESP é apenas uma companhia de seguros - continuou Nelson Abud João - mas ela está em conjunto com todos os órgãos do governo, no sentido de dar a melhor assistência possível ao proprietário rural. Recentemente, ultimamos os detalhes para que mais 100 mil propriedades rurais em várias regiões do Estado pudessem servir-se da eletrificação. Em conjunto com o Banco de Desenvolvimento e com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, a COSESP deu garantia de retorno e de financiamentos, para os serviços de eletrificação rural em mais de 100 mil propriedades. O objetivo primordial, é, enfim, criar condições sociais ao nosso agricultor, para que na roça, ele tenha todos os confortos que encontra na cidade, sendo motivado, assim, a continuar produzindo na lavoura, que ainda é o esteio financeiro da Nação Brasileira".

São Paulo, 03 de Março de 1.977

Prezado Companheiro:

O Jornal "Folha de São Paulo" do dia - 02.03.77, publicou a matéria relativa a 12ª Reunião Preparatória ao XXI Congresso Estadual de Municípios, a ser realizado de 24 a 29 de abril próximo em Praia Grande, e que abaixo transcrevemos, por ser de interesse dos nossos administradores e legisladores. Divulguem, por favor, essa matéria, - nos órgãos de comunicação de seu município.

Saudações Municipalistas  
PEDRO SINKAKU MIYAHARA  
Secretário Geral.

**12ª PREPARATÓRIA DOS MUNICIPALISTAS** - Ocorreu no último sábado, em Jacupiranga, a Primeira Reunião Preparatória do XXI Congresso Estadual de Municípios, a ser realizado - de 24 a 29 de abril próximo, em Praia Grande. Estiveram presentes, autoridades municipais de Jacupiranga, Eldorado, Registro, Iporanga, Iguape, Barra do Turvo, Pariqueira-Açu, Sete Barras, Juquiá, Miracatu, Cananéia e Praia Grande.

Durante o encontro, o jornalista Wilson José, presidente da Associação Paulista de Municípios, ressaltou os pontos que fundamentam o - temário "Fortalecimento da Receita Pública", que são: necessidade do aumento da porcentagem do ICM destinada aos municípios; entrega imediata ao Estado e aos municípios, das - quotas que a estes cabem, das rendas arrecadadas pelo Governo Federal, tais como impostos do INCRA; Rodoviário e outros; liberar os municípios da obrigatoriedade de ceder áreas de terreno para que o Estado e, mesmo o Governo Federal, nelas construam prédios destinados a escolas, postos de saúde, cadeias públicas, foruns, etc.; não se exigir mais das - Prefeituras gasolina para viaturas da Polícia para suas atividades normais; permitir que os Poderes municipais se recusem a ceder funcionários com todos os vencimentos por eles - pagos às repartições estaduais ou federais; participação dos municípios nas arrecadações feitas entre suas populações, através da Loteria Federal, e agora, pelo Recolhimento - testitível sobre os combustíveis, etc...

As próximas reuniões preparatórias do XXI Congresso Estadual de Municípios serão realizadas dia 9, em Taquaritinga; dia 10, em Santa Fé do Sul; dia 12, em Agudos; dia 13, em Araçatuba, e dia 14, em Quatá.



14 março

77

CMD-3-77-25

Ilmo. sr.

Wilson José,

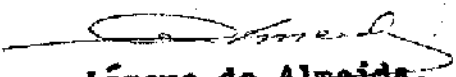
M.d. Presidente da Associação Paulista de Municípios.

SÃO PAULO-SP

Esta presidência agradece a comunicação que lhe foi dirigida por V.sa., a respeito da próxima realização do 21º Congresso Estadual de Municípios, em Praia Grande-SP.

Certos de que o encontro alcançará o prestígio e a repercussão dos anteriormente realizados pela APM, queremos ainda, na oportunidade que ora se nos oferece, deixar-lhe consignado protesto de respeito.

Atenciosamente,

  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.



# ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

FUNDADA EM 1948

RUA BOA VISTA, 103 - 14º AND. - TEL. 37-8687 - CEP 01014 - SÃO PAULO

Of. circ. nº 24/77

*19/3/77*

*[Signature]*

CÂMARA MUNICIPAL JUNDIAÍ  
EXPEDIENTE  
11 MAR 77  
PROTOCOLO Nº  
CLASSIF.

São Paulo, 07 de Março de 1977

Companheiro Municipalista:

No dia 20 de janeiro, reunimos dezessas de presidentes de Câmaras Municipais. Tratamos da Verba de Representação. Estavam presentes, na A.P.M., os juristas Geraldo Ataliba e Michel Tamer. Decidiu-se marcar outra reunião. E, fora escolhido o município de Agudos. A reunião será agora, sábado, dia 12, naquele município, quando, a A.P.M. realizará a II Reunião Preparatória ao XXI Congresso Estadual de Municípios.

Os professores Geraldo Ataliba e

Celso A. Bandeira de Mello, contratados por vários ex-presidentes de Câmaras Municipais para defendê-los junto ao Poder Judiciário e ao Tribunal de Contas, deverão estar presentes.

A presença do companheiro e do seu

antecessor nessa presidência é muito importante para abordagem do problema. A reunião em Agudos, será as 10 horas.

Saudações Municipalistas

*Wilson José*  
WILSON JOSÉ  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
Gabinete do Presidente  
AGRADECER  
*[Signature]*  
Presidente  
3 de 12/77

Obs: Chegar ~~na~~ Atrasada.

17 março

77

CMD-3-77-26

Ilmo. sr.  
Wilson José,  
M.d. Presidente da Associação Paulista de Municípios.  
SÃO PAULO-SP

Recebemos, infelizmente com atraso, o ofício  
circular nº 24/77, em que V.sa. convida para a 2a. reunião prepa  
ratória ao 21º Congresso Estadual de Municípios, em Agudos-SP.

No entanto, certos do êxito do encontro,  
agradecemos a comunicação e consignamos, na oportunidade que ora  
se nos oferece, protesto de apreço e respeito.

Atenciosamente,

  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.

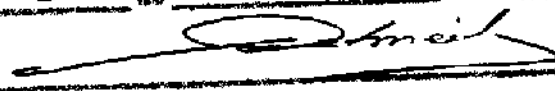


9  
19

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
Gabinete do Presidente

À Assessoria Jurídica para emitir,  
parecer no prazo de \_\_\_\_\_ dias.

Em 30 de 3 de 1977

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
Diretoria Legislativa

Aos 30 de março de 19 77.

encaminho a Assessoria Jurídica, em cumprimento  
ao despacho supra.

  
\_\_\_\_\_  
Diretor Legislativo

*[Handwritten signature]*

ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 337

PROC. Nº 14 338

PARECER Nº 1 991

1. De autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da Casa, nobre Vereador Lázaro de Almeida, o projeto de resolução tem por objetivo autorizar o Presidente da Mesa a designar uma Comissão de cinco (5) Senhores Vereadores para representar a Câmara Municipal de Jundiaí no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo, na cidade de Praia Grande, estado de São Paulo.
2. As despesas decorrentes da resolução correrão por conta da verba indicada no artigo 2º.
3. A proposição é legal, quanto à iniciativa e à competência. A matéria é de resolução.
4. Sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria dos srs. Vereadores presentes à Sessão.

S.m.e.

Jundiaí, 05 de abril de 1977.

  
Dr. Aguinaldo de Bastos,  
Assessor Jurídico.

/adm.

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**

11

*[Handwritten signature]*

**CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
Diretoria Legislativa

Aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

Recebi da Assessoria Jurídica e submeto a  
Presidência.

\_\_\_\_\_  
Diretor Legislativo

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
Gabinete de Presidente

A Comissão de \_\_\_\_\_ Justiça e Redação

para emitir parecer no prazo de \_\_\_\_\_ dias.

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente

**CAMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
Diretoria Legislativa

Aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

encaminho ao sr. Presidente da Comissão de  
\_\_\_\_\_ Justiça e Redação \_\_\_\_\_, em cumprimento  
ao despacho supra.

\_\_\_\_\_  
Diretor Legislativo

**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
Comissão de Justiça e Redação

Ao Vereador sr. \_\_\_\_\_

para relatar no prazo de \_\_\_\_\_ dias.

Em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Presidente



Câmara Municipal de Jundiaí  
S. P.

12

19

REQUERIMENTO N. 74

Sr. Presidente



REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, ouvido o soberano Plenário, seja concedida URGÊNCIA para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 337, de minha autoria, na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1977.

Lázaro de Almeida.

*[Handwritten signatures and initials]*  
Lázaro de Almeida.  
*[Handwritten signature]*  
Edna L. P.  
Zito  
Indubemari  
*[Handwritten signature]*  
Pereira  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

adm.



## Serviço Taquigráfico

(ANAIS)

| Sessão | Rodizio | Taquigrafo | Orador     | Aparteante | Data    |
|--------|---------|------------|------------|------------|---------|
| 10a so | 10/2    | fab        | Presidente |            | 13-4-77 |

Srs. Vereadores, há necessidade de ouvir a Comissão de Justiça e Redação.

Não estando presente o nobre Vereador Duilio Buzanelli, que é o presidente da referida Comissão, a Presidência solicita dos demais membros da Comissão que indiquem um Presidente "ad hoc".

xxx

-Os Srs. Vereadores Antônio Tavares, André Benassi, Tarcísio Germano de Lemos, membros da Comissão de Justiça e Redação, indicam como Presidente "ad hoc" o nobre Vereador Elio Zillo.

xxx

O SR. PRESIDENTE-Nobre Vereador Elio Zillo, V. Exa. avoca o parecer ou nomeia um relator?

O SR. ELIO ZILLO-Avoco o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE-V. Exa. tem a palavra.

O SR. ELIO ZILLO-(Em nome da Comissão de Justiça e Redação) Sr. Presidente, Srs. Vereadores, o projeto de resolução é legal e constitucional. Por essa razão nós acompanhamos, inclusive, na íntegra a sua tramitação e somos pela sua aprovação.

O nosso parecer é favorável. Ele é uma complementação do requerimento que instituiu a Comissão de Vereadores desta Casa à participação no Congresso dos Municípios.

Pela aprovação e gostaria que V. Exa., Sr. Presidente, consultasse os demais membros da Comissão.

xxx

-O Sr. Presidente consulta os demais membros da Comissão de Justiça, Vereadores Antônio Tavares, André Benassi, Tarcísio Germano de Lemos, os quais acompanham o parecer do relator.

xxx



Serviço Taquigráfico

(ANAIS)

| Sessão | Rodizio | Taquigrafo | Orador | Aparteante | Data    |
|--------|---------|------------|--------|------------|---------|
| 10a so | 10/4    | fab        |        |            | 13-4-77 |

O SR. JOSÉ RIVELLI—Avoce oparecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE— V. Exa. tem a palavra.

O SR. JOSÉ RIVELLI—(Em nome da Comissão de Assuntos Gerais) Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Projeto de Resolução nº 337, sobre a constituição de uma Comissão de 5 Vereadores para representar a Câmara Municipal de Jundiá no XXI Congresso Estadual de Municípios, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, nada mais oportuno do que uma oportunidade como essa para se reunir os Vereadores de todos os municípios.

Não poderia de forma alguma Jundiá deixar de fazer sentir a sua presença a esse Congresso, eis que já temos até teses para apresentar nesse congresso, inclusive sugestões, indicações, moções, etc.

A matéria é legal e somos pela aprovação.

Portanto, parecer favorável.

Pediria a V. Exa., Sr. Presidente, que consultasse os demais membros da Comissão.

XXX

—O Sr. Presidente consulta os demais membros da Comissão, Vereadores Ari Castro Nunes Filho, Ariovaldo Alves, Auônio Tozetto e Pedro Osvaldo Beagin, os quais acompanham oparecer do relator.

XXX

O SR. PRESIDENTE— Aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Gerais.

Antes de colocar o projeto em discussão, convidaria os Srs. Vereadores Arcílio Carpi e Ariovaldo Alves para assumirem, respectivamente, a 1a e 2a Secretarias.

XXX

—Assumem, respectivamente, a 1a e 2a Secretarias os Srs. Vereadores Arcílio Carpi e Ariovaldo Alves.

XXX

Sem revisão do Orador



câmara municipal de Jundiaí  
Estado de São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE

15

RESOLUÇÃO Nº. 234/77

A Mesa da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, de acordo com o que deliberou o Plenário, em Sessão Ordinária realizada no dia 13 de abril de 1977, faz baixar a seguinte RESOLUÇÃO:-

Art. 1º - Fica o Presidente da Mesa autorizado a designar uma Comissão de cinco (5) Senhores Vereadores para representar a Câmara Municipal de Jundiaí no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril - próximo, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta da verba 101.01.07.021.2.030.31.40 - DESPESAS COM VIAGENS, ESTADAS E REPRESENTAÇÕES.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em catorze de abril de mil novecentos e setenta e sete. (14/04/1977)

  
( Lázaro de Almeida )  
Presidente.

  
(Emar Corrêa Dias)  
1º Secretário.

  
( Ercílio Carpi )  
2º Secretário.

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em catorze de abril de mil novecentos e setenta e sete. (14/04/1977)

  
(Guinéz Marcos Pantoja)  
Diretor Legislativo.

Jornal da Cidade, ~~XXIX/1981~~, 17/04/77

**RESOLUÇÃO No. 234/77**

A Mesa da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, de acordo com o que deliberou o Plenário em Sessão Ordinária realizada no dia 13 de abril de 1977, faz baixar a seguinte RESOLUÇÃO:--

Art. 1o. — Fica o Presidente da Mesa autorizado a designar uma Comissão de cinco (5) Senhores Vereadores para representar a Câmara Municipal de Jundiaí no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2o. — As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta da verba 101.01.07.021.2.030. 31.40 — DESPESAS COM VIAGENS, ESTADAS E REPRESENTAÇÕES.

Art. 3o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em catorze de abril de mil novecentos e setenta e sete. (14/04/1977)

(Lázaro de Almeida)  
Presidente.

(Edmar Correia Dias)  
1o. Secretário.

(Ercilio Carpi)  
2o. Secretário.

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em catorze de abril de mil novecentos e setenta e sete. (14/04/1977)

(Guiné Marcos Pantoja)  
Diretor Legislativo.





**Câmara Municipal**  
**de**  
**Jundiaí**

**Interessado:** L Á Z A R O   D E   A L M E I D A

Reqto. nº 31

**Assunto:** Constituição de Comissão Especial de 5 (cinco) Srs. Vereadores  
para representar esta Edilidade no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICI-  
PIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo na Praia  
Grande-SP.

Proc. N.º  
Clas.

**Câmara Municipal de Jundiaí  
S. P.**

REQUERIMENTO N. 31

Sr. Presidente



REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, ouvido o soberano Plenário, seja constituída uma Comissão de 05 (cinco) - Srs. Vereadores, para representar esta Edilidade no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, promovido pela Associação Paulista de Municípios, a realizar-se entre 24 e 29 de abril próximo, na Praia Grande-SP.

Sala das Sessões, 07/março/1 977.

Lázaro de Almeida.

*[Handwritten signatures and initials]*  
The bottom section of the document contains several handwritten signatures and initials. From top to bottom, they include: a signature that appears to be "Lázaro de Almeida", a signature that looks like "Jucari", a signature that looks like "Muniz", a signature that looks like "Bragim", a signature that looks like "Lázaro de Almeida", and a signature that looks like "Cari".



# ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

FUNDADA EM 1948

RUA BOA VISTA, 103 - 14.º AND. - TEL. 37-8687 - CEP 01014 - SÃO PAULO

Of. circ. 12/77

*[Handwritten signature]*  
12/77

3  
*[Handwritten initials]*

|                          |                |
|--------------------------|----------------|
| CÂMARA MUNICIPAL JUNDIAÍ |                |
| EXPEDIENTE               |                |
| <i>[Stamp]</i>           | <i>[Stamp]</i> |
| PROTÓCOLO Nº.....        |                |
| CLASSIF.....             |                |

São Paulo, 09 de Fevereiro de 1.977

Senhor Presidente

Querido Companheiro Municipalista:

A Associação Paulista de Municípios realizará de 24 a 29 de abril deste ano o XXI Congresso Estadual de Municípios. Será na Praia Grande e os congressistas deverão ficar nas Colônias de Férias dos Sindicatos, que estão em condições para isto e com preços que permitirão a presença de todos os municípios.

Na próxima comunicação enviaremos ao prezado companheiro as fichas de inscrições, preços de hospedagens, temários e roteiro das preparatórias.

Por enquanto, quero na pessoa do prezado companheiro saudar todos os vereadores desta Câmara Municipal, formulando-lhes os votos de felicidade pessoal e firmando a certeza do desempenho sobranceiro das nobres funções, que desempenharão em favor do município.

Atenciosamente,

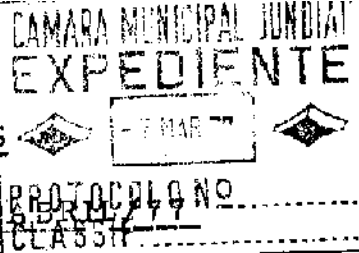
*[Handwritten signature]*  
WILSON JOSE  
Presidente

Obs.:

Acompanhar diariamente pela Rádio Nacional de São Paulo, das 6,00 às 6,30, das 9 às 10 e das 11 às 11,30 hs., o desenrolar desse certame.

**XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS**

**OCEAN PRAIA CLUBE - PRAIA GRANDE - 24 a 29 DE ABRIL DE 1977**



**PROMOÇÃO:** Associação Paulista de Municípios

**INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO:** - Governo Municipal: Executivo e Legislativo de Praia Grande  
- Banco do Estado de São Paulo (BAIESPA)

**PARTICIPAÇÃO ESPECIAL** ..... - Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, Secretaria de Relações do Trabalho e Sec. de Comunicações.

**LOCAL DE HOSPEDAGEM:** - Colônias de Férias dos Sindicatos e Hotéis de Praia Grande.

**Companheiro Municipalista:**

1. A Associação Paulista de Municípios realizará o XXI Congresso Estadual de Municípios, de 24 a 29 de abril no Ocean Praia Clube - Praia Grande, Estado de São Paulo.

O Congresso visa estabelecer diretrizes para a solução prática e imediata de problemas municipais. Seu temário mostra as preocupações dos nossos municípios com relação a problemas de fundamental importância para o próprio País.

2. Temário: "FORTALECIMENTO DA RECEITA PÚBLICA"

3. Reuniões Preparatórias: /26.02. - JACUPIRANGA / 09.03. - TAQUARITINGA / 10.03. - SANTA FÉ DO SUL / 11.03. - COLINA / 12.03. - AGUDOS / 13.03. - ARAÇATUBA / 14.03. - QUATÁ / 16.03. - SÃO BERNARDO DO CAMPO / 17.03. - MONTE MOR / 18.03. - JARDINÓPOLIS / 25.03. - CATAÍDUVA / 26.03. - MAIRINQUE / 30.03. - CRUZEIRO / 31.03. - MOGI-GUAÇU / 02.04. - TAMBÁU /

4. As teses fora do temário não farão parte da Carta de Praia Grande mas integrarão a Fautá de Reivindicações.

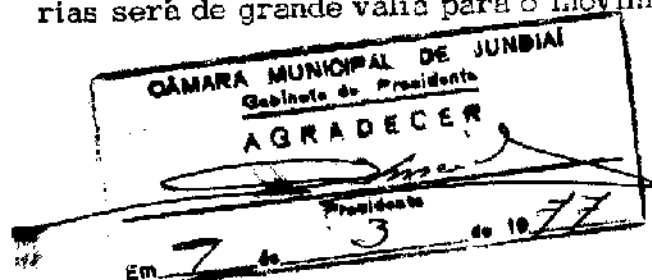
Devem ser elaboradas em 5 cópias, espaço duplo, linguagem simples, objetiva e com todos os dados necessários a sua elucidação.

Prazo de entrega das teses: Até o dia 15.04.1977, na sede da A.P.M.

5. III SEMINÁRIO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: As esposas dos Congressistas (incluindo líderes sindicais) será ministrado o III Seminário de Participação Comunitária, sob a presidência de Dona Lila B. Scidío Martins.

A presença do companheiro municipalista e de sua esposa neste Congresso será uma deferência que muito apreciaremos e uma honra para os municípios paulistas.

A presença, também, às reuniões preparatórias será de grande valia para o movimento municipalista.



São Paulo, 24 de Fevereiro de 1.977  
Associação Paulista de Municípios

Wilson José  
WILSON JOSÉ  
Presidente

OBS; A Rádio Nacional de São Paulo, das 6,00 às 6,30 hs., das 9 às 10 hs. (OC) e das 11,00 às 11,25 (OC), transmitirá permanentemente informações sobre esse certame.

Of. circ. nº 14/77

São Paulo, 09 de Fevereiro de 1.977

Senhor Presidente:

A Revista Paulista dos Municípios, nº 13 publicou matéria que por ser de interesse dos nossos vereadores, prefeitos e servidores municipais, destacamos de sua composição para o seu conhecimento.

Saudações Municipalistas

PEDRO SHINKAKU MIYAHARA

Secretário Geral

PRESIDENTE DA COSESP FALA DO "SEGURO DOS MUNICÍPIOS" (Revista Paulista dos Municípios).

"O Sr. Nelson Abud João, presidente da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, disse à Revista da APM, que até o final deste exercício a COSESP pretende contar com a adesão de todas as prefeituras do Estado ao "seguro dos municípios". Considera que o seguro em grupo feito às expensas do erário público, para fornecer um lastro financeiro às famílias de vereadores e funcionários públicos municipais, em caso de morte dos mesmos; ou a eles próprios, em caso de invalidez, "é uma importantíssima medida social".

"Por idealização de Wilson José, presidente da Associação Paulista de Municípios - afirmou Nelson Abud - foi criado o seguro - que nós chamamos de seguros dos municípios, que possibilita dar garantias de sobrevivência àqueles que se dedicam muitas vezes sem remuneração, à comunidade municipal, e às suas famílias. A medida foi plenamente aceita, inclusive o Tribunal de Contas do Estado já autorizou às prefeituras arcarem com a taxa de prêmio, e contamos atualmente com a adesão da maior parte dos municípios do Estado. - até o final do presente exercício esperamos contar com todas as prefeituras do Estado de São Paulo".

Sobre o seguro rural, o presidente da COSESP disse que "a Companhia tem a precípua função no Estado de realizar e efetivar seguros rurais, dentro de um dos principais objetivos do Governo Paulo Egídio, que é a fixação do homem do campo. Assim, há uma porção de alternativas idealizadas pelo nosso governador, no sentido de dar ao agricultor uma garantia de seu trabalho. Temos constantemente recebido correspondência de todos os órgãos do Estado, no sentido de criarmos mais emotividade em nosso trabalho. E isso tem nos dado uma grande alegria, porque realmente, através do seguro rural a COSESP está atingindo aquele desejo.

"A COSESP é apenas uma companhia de seguros - continuou Nelson Abud João - mas ela está em conjunto com todos os órgãos do governo, no sentido de dar a melhor assistência possível ao proprietário rural. Recentemente, ultimamos os detalhes para que mais 100 mil propriedades rurais em várias regiões do Estado pudessem servir-se da eletrificação. Em conjunto com o Banco de Desenvolvimento e com a Caixa Econômica do Estado de São Paulo, a COSESP deu garantia de retorno e de financiamentos, para os serviços de eletrificação rural em mais de 100 mil propriedades. O objetivo primordial, é, enfim, criar condições sociais ao nosso agricultor, para que na roça, ele tenha todos os confortos que encontra na cidade, sendo motivado, assim, a continuar produzindo na lavoura, que ainda é o esteio financeiro da Nação Brasileira".

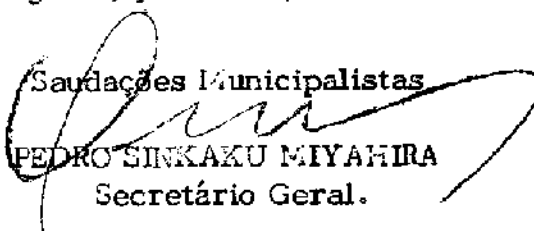
Of. circ. nº 20/77

São Paulo, 03 de Março de 1.977

Prezado Companheiro:

O Jornal "Folha de São Paulo" do dia - 02.03.77, publicou a matéria relativa a 1ª Reunião Preparatória ao XXI Congresso Estadual de Municípios, a ser realizado de 24 a 29 de abril próximo em Praia Grande, e que abaixo transcrevemos, por ser de interesse dos nossos administradores e legisladores.

Divulguem, por favor, essa matéria, - nos órgãos de comunicação de seu município.

Saudações Municipalistas  
  
PEDRO SINKAKU MIYAHIRA  
Secretário Geral.

"1ª PREPARATÓRIA DOS MUNICIPALISTAS - Ocorreu no último sábado, em Jacupiranga, a Primeira Reunião Preparatória do XXI Congresso Estadual de Municípios, a ser realizado - de 24 a 29 de abril próximo, em Praia Grande. Estiveram presentes, autoridades munici- - pais de Jacupiranga, Eldorado, Registro, Iporanga, Iguape, Barra do Turvo, Pariquera-Açu, Sete Barras, Juquiá, Miracatu, Cananéia e Praia Grande.

Durante o encontro, o jornalista Wilson José, presidente da Associação Paulista de Municípios, ressaltou os pontos que fundamentam o - temário "Fortalecimento da Receita Pública", que são: necessidade do aumento da porcenta - gem do ICM destinada aos municípios; entrega imediata ao Estado e aos municípios, das - quotas que a estes cabem, das rendas arrecadadas pelo Governo Federal, tais como impos - to do INCRA, Rodoviário e outros; liberar os municípios da obrigatoriedade de ceder áreas de terreno para que o Estado e, mesmo o Governo Federal, nelas construam prédios destina - dos a escolas, postos de saúde, cadeias públicas, foruns, etc.; não se exigir mais das - Prefeituras gasolina para viaturas da Polícia para suas atividades normais; permitir que os Poderes municipais se recusem a ceder funcionários com todos os vencimentos por eles - pagos às repartições estaduais ou federais; participação dos municípios nas arrecada - ções feitas entre suas populações, através da Loteria Federal, e agora, pelo Recolhimento Restituível sobre os combustíveis, etc...

As próximas reuniões preparatórias do XXI Congresso Estadual de Municípios serão realizadas dia 9, em Taquaritinga; dia 10, em Santa Fé do Sul; dia 12, em Agudos; dia 13, em Araçatuba, e dia 14, em Quatá.



câmara municipal de Jundiaí  
estado de são paulo

D E S P A C H O

Aos Srs. Líderes de Bancada desta Edilidade para  
indicarem os membros que deverão compor a aludida comissão es-  
pecial.

Câmara Municipal, 10/março/1 977.

Lázaro de Almeida,

Presidente.



8  
27

c ó p i a

10

m a r ç o

77.

CAV.03/77/01.

- - - -

Exmo. Sr.

Elio Zillo,

DD. Líder da ARENA.

N E S T A.

Temos a elevada honra de vir à presença de V. Exa. com a finalidade precípua de comunicar que a Presidência desta Edilidade exarou o seguinte despacho no Requerimento nº 31, sobre Constituição da Comissão Especial de cinco (5) Srs. Vereadores para representar esta Edilidade no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo, na Praia Grande - SP.:

"Aos Srs. Líderes da Bancada desta Edilidade - para indicarem os membros que deverão compor a aludida comissão especial."

a) Lázaro de Almeida,  
Presidente.  
10/03/77."

No aguardo de breve manifestação de V. Exa. fir

RAMO-NOS

Atenciosamente,

Lázaro de Almeida,

Presidente.

Obs.: - Idêntico ofício foi enviado ao Líder do M.D.B.

/adm.





câmara municipal de Jundiaí  
estado de são paulo

c ó p i a

9

14 março

77

CMD-3-77-25

Ilmo. sr.

Wilson José,

M.d. Presidente da Associação Paulista de Municípios.

SÃO PAULO-SP

Esta presidência agradece a comunicação que  
lhe foi dirigida por V.sa., a respeito da próxima realização do  
21º Congresso Estadual de Municípios, em Praia Grande-SP.

Certos de que o encontro alcançará o prestí-  
gio e a repercussão dos anteriormente realizados pela APM, quere-  
mos ainda, na oportunidade que ora se nos oferece, deixar-lhe  
consignado protesto de respeito.

Atenciosamente,

Lázaro de Almeida,  
Presidente.



câmara municipal de Jundiaí  
estado de são paulo

10  
29

Jundiaí, 14 de março de 1977.

Exmo. Sr.

Lázaro de Almeida,

DD. Presidente da

Câmara Municipal de Jundiaí:-

(REQUERIMENTO Nº 31, de autoria do Vereador sr. Lázaro de Almeida, dispondo s/constituição de uma Comissão Especial de 5 (cinco) srs. Vereadores para representar este Legislativo no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo no município de PRAIA GRANDE, S.P.-

Temos a elevada honra de sugerir a V. Exã. as medidas abaixo relacionadas, se julgadas convenientes e necessárias, embora algumas por força da Lei Orgânica dos Municípios:-

- 1) - Projeto de Resolução nomeando os srs. Camaristas - que deverão compor a Comissão Especial;
- 2) - Autorizar a requisição da verba necessária às despesas de Inscrição e estadias;
- 3) - Autorizar esta Diretoria Legislativa a fazer as inscrições dos srs. Vereadores que integrarão a referida Comissão, inclusive os srs. Motoristas;
- 4) - Como de praxe, autorizar, antecipadamente, a reserva de hotel para os srs. Membros da Delegação desta Câmara Municipal ao XXI Congresso Estadual de Municípios, - que deverá participar deste encontro municipalista, no município da Praia Grande, SP., no período de 24 a 29/4/1977, e
- 5) - Determinar comunique-se aos srs. componentes desta Comissão Especial para que se dignem apresentar as TESES, REQUERIMENTOS OU INDICAÇÕES com a devida antecedência, isto é, até o dia 12 de abril p.f., afim de possibilitar à Secretaria datilografá-los ou imprimi-los e encaderná-los, em tempo hábil.

Atenciosa e respeitosamente,

Guinéz Marcos Pantoja,  
- Diretor Legislativo.

-gmp/-



câmara municipal de Jundiaí  
estado de São Paulo

11  
17

EXMO. SR. PRESIDENTE:-

(Reqto. nº 31, de 9/3/77)

1) Projeto de Resolução nomeando a Comissão e requisi  
tar a verba necessária às despesas de estadia.

2) Como de praxe, reservar hotel para os Srs. Vereadores  
que deverão participar do XXI Congresso de Municípios, na  
Praia Grande, de 24 a 29/4/1977.

3) Apresentar as Teses, Requerimentos e Indicações com  
a devida antecedência, isto é, até o dia 07 de abril p.f.

4) Autorizar, por escrito, a Diretoria Legislativa a  
fazer as inscrições dos Srs. Vereadores que integrarão a Comissão  
bem como membros da delegação da Câmara, inclusive dos motoris -  
tas.

Secretaria da Câmara Municipal, 14/3/77.

Guinéz Marcos Pantoja,  
Diretor Legislativo.

Exmo. Sr.

Lázaro de Almeida,

DD. Presidente à Câmara Municipal de Jundiaí.

NESTA

gmp-y/



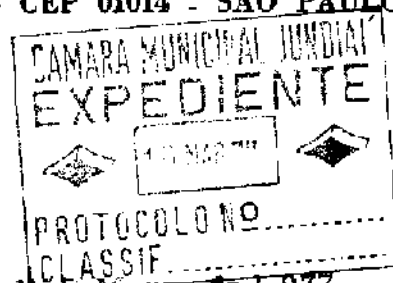
# ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

FUNDADA EM 1948

RUA BOA VISTA, 103 - 14.º AND. - TEL. 37-8687 - CEP 01014 - SÃO PAULO

Of. circ. 26/77

*16-3-77*



São Paulo, 11 de Março de 1977

Companheiro Municipalista:

Pelo presente, estamos encaminhando à V. Excia., ficha de inscrição e relação de hospedagem para o XXI Congresso Estadual de Municípios a ser realizado em Praia Grande, de 24 a 29 de abril de 1977.

Solicito, se possível a remessa do Registro Geral (R.G.), nome completo e filiação dos inscritos para constar dos nossos arquivos.

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,  
*Wilson José*  
WILSON JOSÉ  
Presidente

Obs. :

A Rádio Nacional de São Paulo, das 6,00 às 6,30 hs., das 9 às 10 hs. (OC) e das 11,00 às 11,25 (OC), transmitirá permanentemente informações sobre esse certame.

LOCAL DE HOSPEDAGEM

1ª insc. -  
ap. 13

- COLÔNIAS DE FÉRIAS DOS SINDICATOS

Local: Cidade Ocian (próximo a sede do Congresso)

Diária : Cr\$ 100,00 (com refeições, por pessoa)

Apartamentos padronizados:

casal ☐ 4 pessoas ☐ solteiro ☐

Obs.: As reservas de hospedagem nas colônias de férias, serão feitas na Associação Paulista de Municípios, até o dia 21.04.77. Do dia 22.04.77 em diante, as reservas serão feitas na sede do Congresso, ou seja, no Ocian Praia Clube.

- HOTEIS DE PRAIA GRANDE

1. Hotel Aguia Branca: Av. Castelo Branco, 1006 - Boqueirão  
Apartamento ..... Cr\$ 220,00 (casal) ✓  
Suite ..... Cr\$ 400,00 ✓  
Quarto ..... Cr\$ 180,00

2. Hotel Egeu: Av. Castelo Branco, 1124  
Suite simples ..... Cr\$ 310,00 (p/ 2 pess.) ✓  
Suite dupla ..... Cr\$ 520,00 (p/ 4 pess.) ✓  
Com café da manhã ✓

3. Hotel Presidente: Rua Carlos Andrade Bitencourt, 53  
Apartamento ..... Cr\$ 200,00 (s/ café da manhã) ✓

4. Hotel Waikiki: Av. Castelo Branco, 4078  
Apartamento ..... Cr\$ 300,00 (com café da manhã) ✓

5. Hotel Araguaia: Av. Castelo Branco, 5120  
Apartamento ..... Cr\$ 200,00 (com café da manhã)

6. Hotel Low- Stori: Vila Mirim  
Apartamento ..... Cr\$ 300,00 (com café da manhã) ✓

Pedido de Reserva de Hotel:

1. Dados do Congressista:

Nome .....  
Endereço .....  
Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....

2. Especificação sobre o Hotel desejado:

Nome do Hotel: ..... Categoria do Apto: .....

3. Especificação sobre a data inicial da reserva:

Solicito a presente a reserva, a partir do dia .../04/77, inclusive, prevendo minha saída do Hotel, para o dia .../04/1977.

O pedido de reserva de hotel, deverá ser remetido para a Associação Paulista de Municípios.

Data

Assinatura

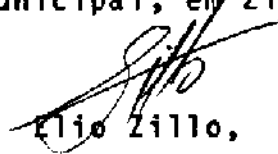
JUNDIAÍ, 25/3/1977

...1.....



A Liderança da ARENA nomeia para fazer parte da Comissão Especial que representará esta Edilidade no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo na Praia Grande-SP.

Câmara Municipal, em 21/03/1977.

  
Elio Zillo,

Líder da ARENA.

Os seguintes srs. Vereadores.

LÁZARO DE ALMEIDA

JOSÉ RIVELLI

EDMAR CORREIA DIAS



câmara municipal de Jundiaí  
estado de são paulo

15

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, A REALIZAR-SE NO PERÍODO  
DE 24 a 29 de ABRIL PRÓXIMO, na PRAIA GRANDE - SP.

O M.D.B. fará rodízio dos seus vereadores:  
Iniciará o Congresso com os Vereadores:  
Tarcísio Germano de Lemos e  
Ariovaldo Alves.

Câmara Municipal, em 22/03/1 977.

Tarcísio Germano de Lemos,  
Líder do MDB.



D E S P A C H O

Conforme indicação das lideranças e usando das prerrogativas regimentais, nomeio os Vereadores mencionados para comporem a Comissão Especial, objeto do Requerimento nº 31:

Ariovaldo Alves

Edmar Correia Dias

José Rivelli

Tarcísio Germano de Lemos e  
esta Presidência.

Jundiaí, 24 de março de 1977.

  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.

★

y/





25

m a r ç o

77.

DL.03/77/13.

Exmo. Sr.

Lôaaro de Almeida,

DD. Presidente à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

Como é do conhecimento de V.Exa., o XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS será realizado de 24 a 29 de abril, na Praia Grande - SP. O nome de V.Exa. foi indicado para compor a Comissão que representará esta Edilidade no aludido Congresso. O TEMÁRIO deste será:

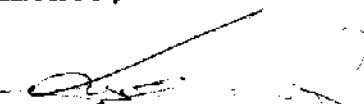
"FORTALECIMENTO DA RECEITA PÚBLICA".

Isto posto, solicitamos a fineza de V.Exa. en tregar até o próximo dia 11 de abril prontas ou minutadas as teses que pretende levar a este conclave, a fim de serem datilografadas, mimeografadas e encadernadas pela Secretaria, evitando-se atropelos de última hora.

As teses que chegarem após esta data, a Secretaria não se responsabiliza pela sua entrega na Associação Paulista de Municípios.

Sem mais, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

  
Guinéz Marcos Pantoja,

Diretor Legislativo.

y/



26

m a r ç o

77.

DL.03/34/12.

Exmo. Sr.

Ariovaldo Alves

DD. Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiá.

De ordem do Sr. Presidente, temos a satisfação de informar-lhe que, conforme despacho da Presidência, de 24 do corrente, V.Exa. foi nomeado para compor a Comissão que representará esta Edilidade no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, que será realizado de 24 a 29 de abril, na Praia Grande S.P.

O TEMÁRIO deste Congresso é o seguinte:

"FORTALECIMENTO DA RECEITA PÚBLICA".

Isto posto, solicitamos a fineza de V.Exa. entregar até o próximo dia 11 de abril prontas ou minutadas as teses que pretende levar a este conclave, a fim de serem datilografadas, mimeografadas e encadernadas pela Secretaria, evitando-se atropelos de última hora.

As teses que chegarem após esta data, a Presidência não se responsabiliza pela sua entrega na Associação Paulista de Municípios.

Sem mais, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

*[Handwritten signature: Guinéz Marcos Pantoja]*  
Guinéz Marcos Pantoja,  
Diretor Legislativo.

Obs.: - idênticos ofícios foram enviados aos Srs. Vereadores:  
Edmar Correia Dias, José Rivelli, Tarcísio Germano de Lemos e  
Lázaro de Almeida.

y/



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 337

Art. 1º - Fica o Presidente da Mesa autorizado a designar uma Comissão de cinco (5) Senhores Vereadores para representar a Câmara Municipal de Jundiaí no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo, na cidade de Praia Grande, estado de São Paulo.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta da verba 101.01.07.021.2.030.31.40 - DESPESAS COM VIAGENS, ESTADAS E REPRESENTAÇÕES.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 25 de março de 1977.

  
Lázaro de Almeida.

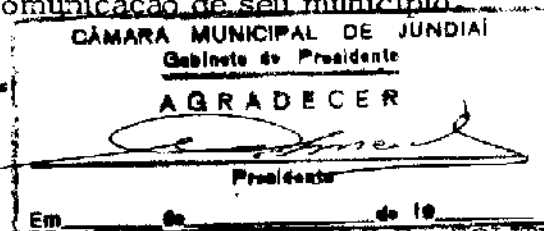
Prezado Companheiro:

O jornal "O Estado de São Paulo" do -

dia 19.03.77, publicou matéria relativa ao XXI Congresso Estadual de Municípios, a realizar-se de 24 a 29 de abril próximo, no Ocian Praia Clube, em Praia Grande, e que abaixo - transcrevemos, por ser de interesse dos nossos administradores e legisladores. - -

Divulguem, por favor, essa matéria. 20

nos órgãos de comunicação de seu município.



Saudações Municipalistas  
PEDRO SHIKAKU MIYAHARA  
Secretário Geral

- "APM INSISTE NA REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA - Da regional de -  
Ribeirão Preto - Para continuar apelando no sentido de que os municípios tenham -  
maior participação no produto da arrecadação pública (como se reivindica com insistência)  
em relação ao ICM), prefeitos e vereadores vão reunir-se de 24 a 29 de abril próximo, em  
Praia Grande. Será o XXI Congresso Estadual de Municípios promovido pela Associação Pau-  
lista dos Municípios - APM - que, a rigor, terá como única diferença dos anteriores o fato  
de que os participantes ficarão hospedados nas colônias de férias de trabalhadores.

Dessa forma, os municípios, que estão com suas finanças debilitadas, vão gastar me-  
nos, ao se fazerem representar no encontro deste ano, segundo as explicações de Wilson Jo-  
sé, presidente da APM. Antes, pesavam sobre as Prefeituras e Câmaras as despesas eleva-  
das com hospedagem nos melhores hotéis, enquanto que, desta feita, as diárias, compreen-  
dendo pousos e refeições, serão de 100 cruzeiros, ainda com a vantagem de que 15% dessa -  
quantia serão revertidos para obras sociais do município de Praia Grande.

Em Jardinópolis, ontem, Wilson José reuniu-se com os prefeitos da região e repetiu  
o que já enfatizou nas oito reuniões preparatórias anteriores: "Os municípios, de modo ge-  
ral, enfrentam dificuldades financeiras". Considerando essa situação, a APM entrou em en-  
tendimentos com os sindicatos de trabalhadores, que concordaram em ceder suas colônias -  
de férias para a hospedagem dos congressistas, este ano.

Além de reduzir gastos, ressaltou o presidente da Associação Paulista de Municípios,  
essa providência "resultará em benefício de Praia Grande, que receberá recursos para apli-  
car em obras que, normalmente, não teria para garantir o bom estado de suas praias". Co-  
mentou que a população fixa da cidade praiana é de mil habitantes, que se eleva a 1 milhão -  
nos fins de semana, "comprometendo toda a sua infra-estrutura".

Aproveitou para dizer que os problemas de Praia Grande são os mesmos dos demais  
municípios paulistas, que "recebem apenas uma pequena parcela da arrecadação auferida -  
pelos governos do Estado e da União". Disse ainda que, na estrada que leva àquela cidade,  
há cobrança de pedágio, "que serve para enriquecer o governo estadual, mas não se rever-  
te para o município que arca com as maiores consequências, quando o Estado deveria com-  
preender que a estrada existe por causa das praias, hoje bastante contaminadas, ameaçando  
não apenas os moradores de Praia Grande, mas também os visitantes".

POUCOS RECURSOS: "A tese é antiga, mas estamos revitalizando", disse o pre-  
sidente da APM, e seu pronunciamento foi apoiado por outros oradores. Em Araçatuba, ele  
apelou "à imaginação criadora" dos prefeitos, para que descubram as melhores fórmulas -  
de aumentar a arrecadação municipal e de bloquear a evasão de recursos para os cofres da  
União e do Estado. Em Santo André, havia insistido na necessidade de aumentar a arrecada-  
ção municipal, apresentando sugestões destinadas a forçar o recebimento dos tributos dentro  
do prazo de vencimento. Em Jardinópolis, foram os prefeitos - compareceram apenas oito -  
da região de Ribeirão Preto - os quais ressaltaram que os municípios têm uma participação  
diminuta na arrecadação pública e, assim mesmo, são obrigados a aplicar verbas em obras  
da competência do Estado ou da União, doando terrenos para a construção de escolas, ce-  
dendo funcionários para repartições estaduais ou federais e até abastecendo as viaturas -  
policiais pois, do contrário, não terão garantida a segurança pública.

Afirmaram que o Estado retém cotas que deveria liberar imediatamente, promoven-  
do a desvalorização dos recursos que são devidos aos municípios. Wilson José classificou -  
de injusta e inconstitucional a taxa de expediente cobrada pelo Estado na distribuição das co-  
tas do ICM e sugeriu aos prefeitos que, na próxima eleição, apoiem candidatos que se com-  
prometam a defender a ampliação das rendas municipais.



câmara municipal de Jundiaí  
estado de são paulo

GABINETE DO PRESIDENTE

21

RESOLUÇÃO Nº. 234/77

A Mesa da Câmara Municipal de Jundiaí, Estado de São Paulo, de acordo com o que deliberou o Plenário, em Sessão Ordinária realizada no dia 13 de abril de 1977, faz baixar a seguinte RESOLUÇÃO:-

Art. 1º - Fica o Presidente da Mesa autorizado a designar uma Comissão de cinco (5) Senhores Vereadores para representar a Câmara Municipal de Jundiaí no XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, a realizar-se no período de 24 a 29 de abril próximo, na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta da verba 101.01.07.021.2.030.31.40 - DESPESAS COM VIAGENS, ESTADAS E REPRESENTAÇÕES.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em catorze de abril de mil novecentos e setenta e sete. (14/04/1977)

(Lázaro de Almeida)  
Presidente.

(Eduar Corrêa Dias)  
1º Secretário.

(Arcílio Carpi)  
2º Secretário.

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em catorze de abril de mil novecentos e setenta e sete. (14/04/1977)

(Guinês Marcos Pantoja)  
Diretor Legislativo.



15                      abril

77

CMD-4-77-10

14338

Ilmo. sr.

Ferdiano Alves de Oliveira,

M.d. Administrador do Sindicato dos Borracheiros e Encarregado  
das Reservas de Hospedagem para o 21º Congresso Estadual de Muni-  
cípios.

PRAIA GRANDE-SP

Apraz-nos ratificar junto a V.sa. a reserva  
de 3 (três) apartamentos na Colônia de Férias dos Artistas do Es-  
tado de São Paulo, destinados à Delegação da Câmara Municipal de  
Jundiaí, que participará do XXI Congresso Estadual de Municípios,  
no período de 24 a 29 ou 30 do corrente mês, nesta Colônia, con-  
forme entendimentos mantidos com seu filho, Luís, na tarde de on-  
tem, aí na Praia Grande.

Na manhã do próximo dia 24 do corrente (do-  
mingo), começarão a chegar os primeiros membros da Delegação do  
Legislativo de Jundiaí participante deste conclave municipalista.

Antecipadamente agradecidos, firmamo-nos

Atenciosamente,

Lázaro de Almeida,  
Presidente.



20

abril

77.

CMD.04/77/11.

- - -

Ilmos. Srs.

Diretores da

PANTEX S/A - Ind. e Comércio Têxtil,

N e s t a.

Conforme entendimentos mantidos pelo Vereador Dr. Tarcísio Germano de Lemos com o Sr. Roberto, temos a honra de apresentar a V.Sas. o Sr. Claudinir de Almeida, motorista do Legislativo, que está autorizado a receber os brindes que V.Sas. se dignarem nos ofertar para serem distribuídos - no XXI Congresso Estadual de Municípios, que será realizado - no Município de Praia Grande, de 24 a 29 do corrente. Os referidos brindes servirão para propaganda e representação do - nosso parque industrial no referido conclave.

Antecipando nossos agradecimentos, subscrevemos

Atenciosamente,

Lázaro de Almeida,  
Presidente.

/w.



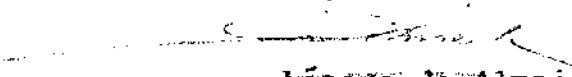
CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
S.P.

GABINETE DO PRESIDENTE

As Indústrias de Jundiaí.

O Sr. CLAUDINIR DE ALMEIDA é motorista - da Câmara Municipal de Jundiaí, estando credenciado por esta Presidência a receber os brindes para propaganda e representação de nosso Parque Industrial durante a realização do XXI Congresso Estadual de Municípios, a realizar-se em Praia Grande.

Jundiaí, 22 de abril de 1977.

  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.





20

abril

77.

CMD.04/77/12.

- - -

Ilmo. Sr.

Joseph Pfulg,

MD. Diretor da Vulcabrás S/A.,

N e s t a.

Conforme entendimentos mantidos pelo Vereador - Dr. Tarcísio Germano de Lemos com o Dr. Roberto Mangieri, temos a honra de apresentar a V.Sa. o Sr. Sérgio Aldo Saccheto, motorista do Legislativo, que está autorizado a receber os brindes\_ que V.Sa. se digne nos ofertar para serem distribuídos no XXI - Congresso Estadual de Municípios, que será realizado no Município de Praia Grande, de 24 a 29 do corrente. Os referidos brin\_ des servirão para propaganda e representação do nosso parque in\_ dustrial no referido conclave.

Antecipando nossos agradecimentos, subscrevemo-  
-nos

Atenciosamente,

Lázaro de Almeida,  
Presidente.

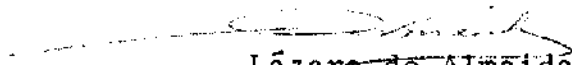
/w.



As Indústrias de Jundiaí.

O Sr. SÉRGIO ALDO SACCHETO é motorista - da Câmara Municipal de Jundiaí, estando credenciado por esta Presidência a receber os brindes para propaganda e representação de nosso Parque Industrial durante a realização do XXI Congresso Estadual de Municípios, a realizar-se em Praia Grande.

Jundiaí, 22 de abril de 1977.

  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.

---



Brindes para o Congresso dos Municípios.

- 1 - CERESER - 6a. feira à tarde  
Vinícola e Vinagre Castelo (Xisto)
- 2 - POZZANI - 6a. feira à tarde  
108 cinzeiros e 12 conjuntos xícaras café  
das 7 às 10 da manhã  
das 13 às 16 horas (Waldir)
- 3 - DECA - 6a. feira, após as 7,30 hs. da manhã.  
200 cinzeiros (Faustino Vicente)
- 4 - LATORRE - 6a. feira pela manhã - das 9 às 11 hs.  
lâpis e fósforos (Djalma)
- 5 - IDEAL STANDARD - entregará na Câmara.
- 6 - VINÍCOLA AMÁLIA - período da manhã.- rua Inês, 425.  
(José Luiz Malite Rossi)
- 7 - VULCABRÁS - (Dr. Roberto Mangieri)  
chaveiros, canetas e 10 bolsas Adidas.
- 8 - FANTEX - 6a. feira pela manhã. (Sr. Roberto)



Escritório oficial  
o notário

- 1- Ceresar - 6<sup>ª</sup> feira à tarde  
vinícola e vinagre estelo (X1370)
- 2- Poggiani - 6<sup>ª</sup> feira à tarde  
108 azeites, 12 empastos xicaras café  
7 à 10 de manhã | Walden  
13 à 16 hrs
- 3- Dea (Faustino Viante) - 200 azeites  
depois da 7, 30 de manhã
- 4- Lutma - 2ª feira - 6<sup>ª</sup> 9 à 11 hrs  
laços e joias
- 5- Ideal Standard - entrega na câmara
- 6- Vinícola Amélia - 2<sup>ª</sup> feira, 1<sup>ª</sup> manhã  
meio dia, 125  
cêdo
- 7- Dr. Mangieri (Valecristos) dentes, canetas  
e 10 bolas esferas.
- 8- Fontexa oficial 5<sup>ª</sup> feira de manhã  
ao Sr. Roberto



# ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

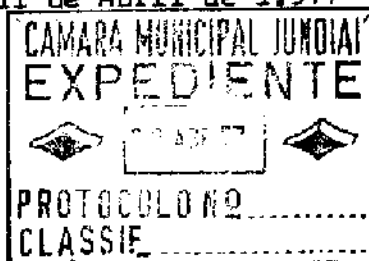
FUNDADA EM 1948

BOA VISTA, 103 - 14.º AND. - TEL. 37-8687 - CEP 01014 - SÃO PAULO

29

São Paulo, 11 de Abril de 1.977

Companheiro Municipalista:  
(última comunicação)



Solicito sua atenção para esta comunicação e ao mesmo tempo ampla divulgação entre os que vão participar do Congresso de Praia Grande, de 24 a 29 deste.

1. Os Congressistas que vão se alojar nas Colônias de Férias - Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a diária com refeições, banheiro privativo, - deverão incluir na sua mala de viagem, objetos de uso pessoal: sabonetes, pasta e escova de dentes, toalhas, etc., menos roupa de cama.

2. Os Congressistas deverão se dirigir à sede do Conclave - Ocian Praia Clube - Cidade Ocian, Praia Grande. Seguir as setas indicadoras.

3. Os Congressistas que se utilizarão do Complexo Imigrantes - Anchieta, deverão seguir pela Pedro Taques (estrada Manuel de Nobrega) até o Trevo (sem asfalto) de entrada para Praia Grande e chegando na Cidade Ocian, dirigirem-se à sede do Congresso.

Saudações Municipalistas

*Wilson José*  
WILSON JOSÉ  
Presidente

Obs.:

Acompanhar diariamente pela Rádio Nacional de São Paulo, das 6,00 às 6,30, das 9 às 10 e das 11 às 11,30 hs., o desenrolar desse certame.

PROGRAMA

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Dia 24 - Das 8 às 10 horas: Credenciais, Sessão Preparatória e Eleição da Mesa, de acordo com o Regimento, que o jornal "O Congressista" - publicará e que será entregue junto com o crachá, na Secretaria do Congresso.

Às 19 horas: Inauguração do novo sistema de iluminação da Avenida dos Sindicatos - Obra da Prefeitura de Praia Grande - a ser presidida pelo General Alvim Sotto

20 horas: Instalação Solene presidida pelo Secretário da Fazenda Dr. Murilo Macedo.

20,30 hs.: Discurso do Prefeito de Praia Grande, Dorivaldo Loria Junior.

20,45 hs.: Discurso do Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande, Florivaldo Borges Queiroz.

21 horas: Outorga do Troféu do Mérito Municipalista, ao Secretário do Trabalho, Dr. Jorge Maluly Netto.

21,15 hs.: Instalação do III Seminário de Participação Comunitária, por Dona Lila B. Egídio Martins.

21,30 hs.: Exibição de áudio-visual da COSESP sobre o Seguro Rural.

22 horas : Encerramento e Show Especial

Do dia 25 ao dia 28:-

10 horas : Sessões Plenárias

15 horas : Palestras de Autoridades

20 horas : Curso de Direito e Administração, Coordenação: Prefeito Tito Costa, de São Bernardo do Campo.

Dia 29 - 20 horas : Sessão Solene de Encerramento a ser presidida pelo Governador Paulo Egídio Martins.

20,30 hs : Discursos

21 horas : Leitura da Carta de Praia Grande

21,15 hs.: Encerramento do III Seminário de Participação Comunitária, por Dona. Lila B. Egídio Martins.

21,30 hs.: Outorga do Troféu do Mérito Municipalista ao Governador Paulo Egídio Martins, decisão do XX Congresso Estadual de Municípios, de Guarujá.

22 horas : Encerramento e Show Especial

Obs.:

Durante o Congresso de Praia Grande, a Rádio Nacional de São Paulo fará transmissões diretas do Ocean Praia Clube, em ondas curtas de 49 mts, das 9 às 10 horas.



22

a b r i l

77.

CMD.04/77/13.

14.338

Ilmo. Sr.

Wilson José

MD. Presidente da Associação Paulista de Municípios  
São Paulo.

Temos a honra de vir a sua presença a fim de  
informar V.Sa. que os Edis representantes deste Legislativo no  
XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS serão os Srs. Ariovaldo Al  
ves, Edmar Correia Dias, José Rivelli, Tarcísio Germano de Lemos  
e esta Presidência.

Outrossim, enviamos, em anexo, <sup>*airco*</sup> ~~em~~ exemplar de  
cada proposição apresentada pelos integrantes da Comissão, a sa-  
ber:

1 - INDICAÇÃO - assunto: criação do Consórcio Intermunicipal de  
Assistência aos Alunos Excepcionais.

autor: Vereador José Rivelli.

2 - MOÇÃO - assunto: contagem recíproca de tempo de serviço.

autor: Vereador José Rivelli.

3 - MOÇÃO - assunto: A FEPASA e seus inativos e pensionistas.

autor: Vereador José Rivelli.

4 - MOÇÃO - assunto: apoio às justas reivindicações dos ferroviá  
rios aposentados da FEPASA e Zona da Mogia-  
na, solicitando providências do Governo do  
Estado a fim de solucionar o problema da mar  
ginalização desta classe.



[Of. CMD.04/77/13 - fls.2]

autor: Vereador Tarcísio Germano de Lemos.

5 - TESE - assunto: remuneração do funcionalismo público civil  
estadual (FORA DO TEMÁRIO).

autor: Vereador José Rivelli.

6 - TESE - assunto: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-  
como fator prevalecente na Receita Tributária  
Municipal.

autora: Delegação da Câmara Municipal de Jundiaí.

Lázaro de Almeida, presidente; Ariovaldo Alves;  
Edmar Correia Dias; José Rivelli e Tarcísio  
Germano de Lemos.

Aproveitamo-nos do ensejo para reiterar a V.  
Sa. nossos protestos de elevada estima e real apreço.

Atenciosamente,

  
Lázaro de Almeida,  
Presidente.



XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

(Associação Paulista de Municípios)

INDICAÇÃO - assunto: criação do Consórcio Intermunicipal de  
Assistência aos Alunos Excepcionais.

AUTOR: José Rivelli,  
Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

Praia Grande, de 24 a 29 de abril de 1977.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

34  
19

Praia Grande - de 24 a 29/abril/1 977.

I N D I C A Ç Ã O

ASSUNTO:- Criação do Consórcio Intermunicipal de Assistência aos Alunos Excepcionais.

Autor: JOSÉ RIVELLI,

Vereador à Câmara Municipal de Jundiaí.

CONSIDERANDO a propícia oportunidade deste congresso de representantes legislativos municipais;

CONSIDERANDO, por outro lado, a importância e a grave atualidade do problema social do menor excepcional, com reflexos inevitáveis nas relações entre seus familiares, entre eles mesmos, a escola e a sociedade;

CONSIDERANDO a convicção de o encarar, estudar e tentar a solução melhor para a questão em foco é dever implícito nas atribuições dos legisladores municipais, em contato direto com tais elementos excepcionais,

INDICO à nobre Mesa, consultado o ilustre Plenário, a urgência de se estabelecer, já neste conclave, as bases dum CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PRÓ-ALUNOS EXCEPCIONAIS.

J U S T I F I C A T I V A

Os alunos excepcionais, que, em minoria insignificante, são atendidos pela AJPAE, estão em contato primeiro e direto com dirigentes e representantes do povo nos legislativos -

municipais, estão a merecer, sem mais delongas e evasivas, dum órgão que lhes dispense tratamento à altura de suas condições especiais.

Assim, se todos os municípios, que integram a vasta região da Grande Jundiaí, se congregassem numa entidade a se constituir e localizar em ponto mais estratégico e contando com recursos provenientes de verbas previamente consignadas no orçamento de suas prefeituras municipais, naturalmente respeitando as proporções arrecadadoras de cada qual, poder-se-ia, em CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL, organizar uma entidade destinada a cuidar do aluno excepcional, sempre em consonância e anuência de suas famílias.

Esse órgão intermunicipal dirigido por elementos indicados, um a um, pelos municípios consorciados, a critério de seus prefeitos e vereadores especialmente designados - trabalhando todos sem remuneração, contrataria professores, assistentes sociais, orientadores pedagógicos, médicos e cirurgiões dentistas, instrutores e demais pessoas encarregadas da educação especial requerida pelos excepcionais. Este pessoal será remunerado condignamente pelo CONSÓRCIO.

Questões outras correlatas, como prédio, material didático e complementar, contribuições doutras entidades comerciais, industriais, agrícolas e particulares ou associativas, seriam resolvidas pelo Conselho Diretor do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL.

Se entre as gemas e os minerais preciosos, se entre as plantas e animais raros, dispensamos cultivo e cuidados especiais, atribuindo-lhes valor de alta cotação material, muito maior e mais percurciente deve ser nossa atenção e educação a se oferecer ao aluno excepcional-gema preciosa de valor incalculável para o presente e o futuro da pátria comum.

Aí a sugestão e aí nosso testemunho de reconhecimento por tudo que de favorável se lhe adjudicar neste memorável congresso.

Câmara Municipal de Jundiaí, abril/1 977.

a) José Rivelli,  
Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

CONFERE COM O ORIGINAL.

a) Guinéz Marcos Pantoja,  
Diretor Legislativo.  
18/04/77.

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

(Associação Paulista de Municípios)

MOÇÃO - assunto: contagem recíproca de tempo de serviço.

AUTOR: José Rivelli,  
Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

Praia Grande, de 24 a 29 de abril de 1977.

Praia Grande - de 24 a 29/abril/77.

M O Ç A O  
=====

ASSUNTO:- Contagem recíproca de tempo de serviço.

Autor: JOSÉ RIVELLI,

Vereador à Camara Municipal  
de Jundiaí.

Honrado por integrar o grupo de Vereadores de Jundiaí, que comparece e prestigia este conclave de municipalistas; capacitado, em duas consecutivas legislaturas municipais, que me permitiram contato permanente com numerosos servidores estaduais e federais, bem como trabalhadores regidos pela C.L.T., creio ser este Congresso a oportunidade e o ambiente dos mais propícios para abordarmos assunto de tão larga repercussão, qual seja a CONTAGEM RECÍPROCA por tempo de serviço.

Os ilustres participantes deste certame não ignoram quantas e quão fundamentadas representações, memoriais e abaixo-assinados já se encaminharam aos principais órgãos do poder público: Congresso Nacional, Assembléias Estaduais, Legislativos Municipais, Governadores de Estado, Secretários de Estado, associações de classe e até a Presidência da República, pleiteando a concessão dessa medida para efeito de aposentadoria.

Também não ignoramos que nada na legislação vigente obsta ou impede essa contagem de tempo de trabalho, que, não importa a empresa ou órgão público onde se o presta, é sempre serviço a concorrer para o bem comunitário, para a administração pública ou para a empresa construtiva.

Se é bem verdade que tal computação acumulada de serviço virá trazer um sem número de aposentadorias ou de servidores que passarão à inatividade remunerada, não menos certo é que o preenchimento das vagas resultantes far-se-á por elementos jovens e com maior capacidade de labor.

Haverá, pois, compensadora renovação ou revigoração do quadro de pessoal nos serviços públicos e nas empresas do setor privado ou particular, com real benefício para o país.

Uma visão mais humana da questão dar-nos-á o quadro pungente de numerosos trabalhadores e funcionários, já mais idosos, arcados sob o peso das responsabilidades funcionais, que bem merecem

e fazem jus ao descanso remunerado.

Hoje o brasileiro idoso, em que as energias atingem o final de sua capacidade e que, por isso mesmo, se encontram marginalizados pela sociedade, está merecendo do governo brasileiro uma série de providências de amparo e auxílio capaz de lhe facultar uma velhice digna e confortante.

A contagem recíproca de tempo de serviço virá se coadunar ou completar essa louvável linha de conduta dos nossos governantes pelos seus órgãos previdenciários.

Essa contagem, antes de constituir um ato de equidade e justiça, é, necessariamente, a valorização do trabalho humano, que, ao longo de mais de um terço de século, está a requerer o descanso a salvo da miséria, dos imprevistos e das imprevidências.

Com estas palavras me permito requerer manifeste este Congresso de Municípios aos governos federal e estadual todo o seu justificado e respeitoso empenho ao pleitear, tão logo quanto possível, a concessão da contagem recíproca por tempo de serviço, em nome da justiça e da compreensão humana.

Câmara Municipal de Jundiaí, abril de 1977.

a) José Rivelli,  
Vareador.

Confere com o original:

a) Guinéz Marcos Pantoja,  
Diretor Legislativo.  
18/4/77.

/ym.

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS  
(Associação Paulista de Municípios)

MOÇÃO - assunto: A FEPASA e seus inativos e pensionistas.

AUTOR: José Rivelli,

Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

Praia Grande, de 24 a 29 de ~~abril~~ de 1977.



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

41



Praia Grande - de 24 a 29/abril/1 977.

M.O.C. 8.0

ASSUNTO:- A FEPASA e seus inativos e pensionistas.

Autor: JOSÉ RIVELLI,

Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

O Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, julgando o dissídio coletivo entre as partes: FEPASA e os Sindicatos dos Ferroviários das Zonas Mogiana e Paulista, houve por bem conceder 41% como índice para o reajustamento salarial de todas as categorias de seus ferroviários.

Contrariando, entretanto, e sem justificativa plausível, norma já de há muito adotada pelos chefes da administração pública e pelos setores patronais - norma que estende sempre aos inativos e pensionistas qualquer melhoria de salarial ou benefícios de qualquer espécie, sobretudo os de natureza financeira.

As leis e decretos da União, dos Estados e das Prefeituras já adotaram como dispositivo legal e de praxe dispensar igual tratamento remuneratório aos funcionários em exercício e os que já passaram à inatividade, bem como os pensionistas.

As empresas particulares, seguindo e adotando es  
sa mesma decisão normativa, não olvida seus aposentados e pensionis-  
tas quando concede aos seus empregados e trabalhadores qualquer aumen-  
to salarial ou gratificação adicional.

Não se atina, então, qual haja sido o espírito \_  
dos dirigentes da FEPASA ao excluïren daquela decisão ou daquele rea-  
juste de vencimentos os seus inativos e pensionistas.

Por certo não desconheciam o quadro de gritante \_  
aflição e penosas renúncias estavam criando para os aposentados e pen-  
sionistas. Os primeiros, criaturas idosas já sem energias para exercí-  
cio doutro mister ou ofício capaz de assegurar-lhes, pela remuneração,  
um certo equilíbrio no orçamento doméstico; as pensionistas, quase \_  
sempre viúvas também avançadas em anos, pressionadas por toda sorte \_  
de restrições e prejuïzos, de angústias e preocupações face à eleva-  
ção contínua do preço de todos os gêneros e serviços.

As necessidades de sobrevivência são as mesmas \_  
para os da ativa e os inativos. Como dar-lhes recursos financeiros \_  
com tão inusitada disparidade e falta de critério?

Não se pode acreditar que uma administração pre-  
tenda, fria e insensivelmente, defender sua economia ou sua situação \_  
financeira à custa do sacrifício e do sofrimento daqueles que, em tão  
longos e operosos anos de trabalho dedicado, serviram-na exemplarmen-  
te.

Esta representação se destina, pois, a requerer,  
se digne a ilustre Mesa diretora dos trabalhos deste Congresso, ouvi-  
do seu Plenário, faça chegar às mãos dignas do Senhor Governador do \_  
Estado, do Senhor Presidente da FEPASA e do Conselho Estadual da Polí-  
cia

Política Salarial, os termos desta Moção, referendando, com empenho e indiscutível autoridade, a reivindicação em favor dos mencionados inativos e pensionistas dessa empresa ferroviária estatal.

Câmara Municipal de Jundiaí, abril de 1 977.

a) José Rivelli,  
Vereador.

Confere com o original:

a) Guinéz Marcos Pantoja,  
Diretor Legislativo.  
18/04/77.

/adm.

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

(Associação Paulista de Municípios)

MOÇÃO - assunto: apoio às justas reivindicações dos ferroviários aposentados da FEPASA e Zona da Mogiana, solicitando providências do Governo do Estado a fim de solucionar o problema da marginalização desta classe.

AUTOR: Tarcísio Germano de Lemos,  
Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

Praia Grande, de 24 a 29 de abril de 1977.

45  
19

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ  
XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Praia Grande - de 24 a 29/abril/1977.

M O Ç Ã O

ASSUNTO:- Apoio às justas reivindicações dos ferroviários aposentados da FEPASA e Zona da Mogiana, solicitando providências do Governo do Estado a fim de solucionar o problema da marginalização desta classe.

Autor: Tarcísio Germano de Lemos,  
Vereador à Câmara Municipal de Jundiaí.

Os Sindicatos dos Ferroviários das Zonas Mogiana e Paulista pleitearam, em dissídio coletivo, contra a Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, um aumento de 41%.

Culminando em acordo, no dissídio coletivo ficou decidido que o aumento seria de 41% para toda a categoria.

Após a homologação do acordo, em visível prejuízo aos aposentados e pensionistas, a FEPASA houve por bem conceder aumento apenas aos integrantes da ativa, alegando que a homologação, ao mencionar apenas "categoria", não estaria abrangendo aos inativos e pensionistas.

A homologação do dissídio junto ao Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, o determinado pelo Estatuto dos Ferroviários, não seria suficiente para a direção da FEPASA cumprir com suas obrigações?

Há que se analisar o problema referentemente às famílias destes aposentados, os quais, ao depois de uma vida inteira de lutas para o ganho honrado de seu pão, vêem-se marginalizados como objetos descartáveis do seio da sociedade em que vivem.

Neste caso, onde está a justiça e a equidade de tratamento consagradas e consignadas em disposições aplicadas para todos os povos civilizados do mundo?

—

Qual a condição destes aposentados perante seus familiares, amigos e a própria sociedade em que vivem com a justa dignidade de ainda poderem ser úteis?

Quanto de nós temos parentes, amigos e conhecidos, postergados e à margem do tão necessário aumento para a subsistência?

A realidade dos fatos nos leva a quase acreditar que os ferroviários aposentados da FEPASA e da Zona da Mogiana, devem merecer um tratamento de igualdade com os ferroviários ainda na ativa, conforme estabelecem as próprias leis e estatutos que regem a matéria.

O desrespeito a uma classe, já por demais oprimida, não deve perdurar, e mister se faz que seus direitos sejam, de pronto, reconhecidos.

Desta forma,

Apresentamos para ser submetida ao Plenário do XXI Congresso de Municípios, esta MOÇÃO DE APOIO aos ferroviários aposentados pela justa luta que empreendem na salvaguarda de seus direitos, solicitando que o inteiro teor seja dado a conhecer ao Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Paulo Egydio Martins, a fim de que S. Exa. determine as providências cabíveis para o caso.

Câmara Municipal de Jundiaí, abril de 1977.

a) Tarcísio Germano de Lemos,  
Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

Confere com o original:

Guinéz Marcos Pantoja,  
Diretor Legislativo,  
19/04/1977.

/ym.

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

(Associação Paulista de Municípios)

TESE - assunto: remuneração do funcionalismo público civil  
estadual. (fora do temário).

AUTOR: José Rivelli,  
Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

Praia Grande, de 24 a 29 de abril de 1 977.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

XYI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

48

Praia Grande - de 24 a 29/abril/1 977.

T E S E

ASSUNTO:- "REMUNERAÇÃO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO CIVIL ESTADUAL"  
(fora do temário)

Autor:- José Rivelli,  
Vereador à Câmara Municipal de  
Jundiaí.

O desnível entre os vencimentos dos servidores civis estaduais e os trabalhadores de todas as categorias no setor particular ou privado se apresenta tão gritante e inusitado que a nossa imprensa em geral não se abstém de destacá-lo, periodicamente, alertando interessados quanto a já generalizada evasão de pessoal do primeiro para o segundo setor de trabalho.

Sem nos prendermos nos casos absurdos em que se vê um técnico de futebol profissional percebendo Cr\$ 80.000,00 mensais - o dobro que vence um magistrado em final de carreira ou em vias de se aposentar com subsídios integrados pela "Referência" , pela 6a. parte, pelos adicionais e demais gratificações e acréscimos, há que frisar a desproporção entre o que vence o funcionário técnico especializado no serviço público e o salário que pode alcançar no setor privado ou particular (indústria, comércio e outros serviços como: transporte, hospital, turismo e publicidade).

Além de não se adjudicarem o 13º salário e uma assistência médico-hospitalar gratuita, como assim gozam os trabalhadores regidos pela C.L.T., os servidores estaduais são aquinhoados, anualmente, com um reajuste salarial sempre inferior à elevação do índice inflacionado do custo de vida.



Como exemplo elucidativo da injusta falta de equidade com que se remuneram os funcionários do Estado cita-se uma publicação da "Folha da Tarde", da capital, em sua edição de 6 de abril em curso, sob o título: "USP: salários provocam evasão": trabalhando de 15 a 20 anos é que 7,5% dos 4.613 professores da Universidade de São Paulo alcançam no nível salarial, em regime de RDE, correspondente a Cr\$ 22.437,00. São 347 mestres portadores dos mais credenciados títulos. Quanto aos funcionários menos categorizados na USP estão os 649 Auxiliares de Ensino com vencimentos de Cr\$ 2.600,00, que é o padrão inicial de um simples escriturário.

Aí como noutras esferas escolares estaduais é crescente o número de bons professores que barganham o magistério público por um emprego melhor remunerado no comércio, na indústria e noutras áreas de atividades urbanas, as mais variadas, porém mais compensadoras.

Observe-se, nessa sequência de argumentos, o quanto percebe uma professora de 1º grau, Nível I, sem títulos universitários e obrigada a descontos de IAMSPE e pensão vitalícia, - face ao mínimo dos alugueis de residência (Cr\$ 2.000,00) e ao preço atual do feijão cujo kilo custa Cr\$ 12,00 e o do café, que se elevou a Cr\$ 52,00 !

Isso para só citarem-se dois produtos até agora indispensável na mesa dos menos afortunados. E há que se notar a injustificável disparidade de uns receberem 100% pelo RDE e outros apenas 50%!

E os medicamentos, serviços médicos e outros de caracter de primeira necessidade, como educação e transporte, cujos preços se elevam quase que quinzenalmente?

O Diário Oficial do Estado, em 1º do corrente mês de abril, publica a Lei Complementar nº 152, de 31/03/77, fixando os vencimentos dos funcionários públicos civis do Estado e dá outras providências. Na escala de vencimentos lê-se:

| REFERÊNCIA | Valor mensal<br>Cr\$ |
|------------|----------------------|
| 1 .....    | 479,00               |
| 2 .....    | 481,00               |
| etc.       |                      |

Como viver com tão míseros recursos? Um catador de papel, um engraxate, um "office-boy", um porteiro de cinema ou seu vagalume, um serviçal de cavalariças, uma arrumadeira capacitada ou um ajudante de cozinheiro, percebem muito mais que esses - ínfimos padrões iniciais.

Com a evasão dos seus mais capacitados elementos, a administração pública se deteriora cada dia mais e mais, valendo ainda referir-se aos casos dos que, sem abandonarem seus cargos públicos, se dedicam, nas horas vagas, a outros misteres e ofícios capazes de equilibrar os ameaçados orçamentos domésticos. Aí, então, se constata a deteriorização do próprio servidor, cujas energias, diariamente gastas, não encontram tempo nem recursos para a sua necessária recuperação.

Nota-se uma geral perplexidade diante do estranho de numerosos servidores, que compõem o quadro inferior da hierarquia funcional - os quais, com pouco mais de Cr\$ 900,00 conseguem sobreviver com mulher e filhos.

É tão grotesca a desproporção entre os vencimentos do funcionalismo estadual e o salário de qualquer trabalhador nos setores particulares ou privados de labor, que o sentimento e a consciência diária dessa inferioridade tem levado muitos ao desespero e a alienação dos mais nobres anseios de assiduidade, esmero e dedicação. Não se lhes faculta qualquer opção ou alternativa de melhores dias e de segurança para o futuro da família.

O quadro é demasiado triste e desanimador e só não gera a violência da revolta porque nossos servidores são, por índole, pacatos e ordeiros, embora em meio aos maiores sacrifícios, abstenções e renúncias.

Urge, pois, um reajuste dos vencimentos e carreiras do funcionalismo público estadual, de sorte a que, necessariamente, o índice mínimo salarial seja de, pelo menos, Cr\$3.000,00 e com dispositivos compensadores do desgaste contínuo do poder aquisitivo desse salário.

Câmara Municipal de Jundiaí, abril de 1 977.

a) José Rivelli,  
Vereador à Câmara Municipal  
de Jundiaí.

Confere com o original:

a) Guinéz Marcos Pantoja,  
Diretor Legislativo.  
19/04/1977.

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

(Associação Paulista de Municípios)

TESE - assunto: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza -  
como Fator Prevalente na Receita Tributária  
Municipal.

AUTORA: Delegação da Câmara Municipal  
de Jundiaí. Lázaro de Almeida,  
Presidente, Ariovaldo Alves,  
Edmar Correia Dias, José Rivel  
li e Tarcísio Germano de Lemos.

Praia Grande, de 24 a 29 de abril de 1977.

XXI CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Praia Grande, 24 a 29 de abril de 1977

Tese: IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA COMO FATOR PRE-  
VALECENTE NA RECEITA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Autora: DELEGAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

LÁZARO DE ALMEIDA, Presidente, ARIIVALDO ALVES, EDMAR COR-  
REIA DIAS, JOSÉ RIVELLI E TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS

Reunir recursos financeiros suficientes é, evidentemente, uma das maiores preocupações de todos os administradores atentos às necessidades dos grupos ou coletividades sob sua direção. Nos municípios essa preocupação às vezes assume grandes proporções, pois inúmeras são as exigências de uma comunidade em desenvolvimento, cujos recursos disponíveis são sempre insuficientes para o atendimento de diminuta parcela das aspirações populares. Assim, prefeitos e vereadores vivem constantemente intranquilos na busca de receita necessária para cumprir um programa de trabalho, quase sempre aquém de seus desejos ou do mínimo indispensável ao bem-estar da comunidade.

Em verdade, hoje as comunas brasileiras já podem respirar com mais tranquilidade: a reforma tributária havida com a Constituição de 1967 trouxe novas e promissoras perspectivas aos municípios, que tiveram sua receita ampliada principalmente pela fatia recebida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM. Antes dessas alterações, os municípios viviam em grande dependência dos governos estaduais e federais, suplicando, a todo instante, verbas para atender às suas necessidades mais prementes. Tal situação era, sem dúvida, prejudicial às comunas, pois as obras de maior vulto dependiam do governo do Estado, cujos órgãos não poderiam ter a sensibilidade esperada para dotar a cidade das obras necessárias, eis que não viviam seus dramas e inquietações.

Efetivamente, em 1967, as administrações municipais iniciaram nova fase, começando a sentir os benfazejos efeitos das alterações ocorridas, notadamente com o produto recebido do ICM, que, inquestionavelmente, elevou de modo pouco oneroso a receita municipal, eis que beneficiada pela máquina arrecadadora do Estado, pois, como determina o preceito constitucional, "as parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos fixados em lei federal" (§ 89 do art. 24 da Constituição Federal).

Por que, então, se preocupariam os executivos municipais em gravar os contribuintes com impostos de sua competência - como o predial urbano, territorial urbano e serviços de qualquer natureza -, tendo de enfrentar a antipatia da população e as pressões políticas naturais, se sossegadamente poderiam receber "o que nunca receberam" em outros tempos, somente em vista da parcela decorrente do ICM, oriundo do Estado?

Sentidos os efeitos do ICM no crescimento da receita, as municipalidades passaram a acelerar sua industrialização, a fim de que suas parcelas fossem elevadas continuamente. Em vista disso, e também em decorrência do desenvolvimento do País segundo o lema "interiorização do desenvolvimento", surgiram distritos industriais nas cidades interioranas.

Enquanto isto ocorria, os demais impostos eram colocados em plano secundário. Os impostos predial e territorial urbano, por terem tradição, mereceram ainda alguma atenção de muitos prefeitos, mas o IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN, de criação recente, ficou praticamente esquecido.

Pode-se dizer que não era sentida a verdadeira potencialidade do ISSQN, já que as preocupações voltavam-se para outros setores tributários e outras formas de obtenção de recursos. As estruturas administrativas municipais eram despreparadas para todo o processo de lançamento e arrecadação do ISSQN, que demandavam estudos e providências demoradas para a consecução de resultados imediatos.

Contudo, cremos que agora as grandes esperanças de fortalecimento e elevação da receita municipal se encontram numa efetiva mobilização do mecanismo burocrático para a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, que po

de se transformar numa fonte de receita substancial, resolvendo problemas de cidades que não alcançaram um índice "surpreendente" de industrialização, e podendo vir a ser a sua mais poderosa fonte de receita.

O ISSQN tem como fato gerador a prestação dos serviços especificados numa lista de 66 itens, nos termos da legislação federal que rege a matéria (Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968; Decreto-lei nº 854, de 8 de setembro de 1969; e Ato Complementar nº 34, de 1967), e a base de cálculo é o preço do serviço, ou seja, incide sobre o movimento financeiro das empresas. Neste ponto reside o aspecto fundamental: existe grande sonegação, pois as firmas não expedem as respectivas NOTAS FISCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, e quando a emitem fazem no apenas para justificar seus rendimentos na Declaração do Imposto de Renda. Por outro lado, muitos profissionais autônomos - a sua maioria, conforme o lugar - não efetuam o devido cadastramento e, portanto, não recolhem aos cofres municipais as quantias previamente fixadas na tabela referente ao seu imposto.

Para que as prefeituras possam realmente sentir todo o potencial encerrado no ISSQN, haverá que tomar algumas MEDIDAS CONCRETAS para fortalecer suas receitas:

#### 1. ATUALIZAÇÃO CONTÍNUA DO CADASTRO

Como já afirmamos, as prefeituras têm dificuldades estruturais nesse setor. Perde-se muito, pois grande parte dos contribuintes não está cadastrada. Experiências foram feitas na capital e em outros municípios, inclusive no nosso, para que os contribuintes, através da remessa de impressos pelo correio, fizessem seu próprio cadastramento, preenchendo os formulários e remetendo-os à repartição competente da Prefeitura. Tal prática, porém, ao que se sabe, não surtiu os efeitos desejados.

Há que se realizar, portanto, um levantamento de campo, cadastrando-se todos os contribuintes e mantendo-se atualizado esse cadastro. Empresas e profissionais autônomos deverão receber a visita de cadastradores para que o serviço atinja efetivamente seus objetivos. A importância desta medida está em que dela decorre a possibilidade de uma efetiva cobrança, de uma fiscalização ativa e enérgica, de um controle sistemático e, também, para o próprio lançamento. Um cadastro

organizado e eficiente será um dos pontos efetivos para o fortalecimento da receita através do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

## 2. FISCALIZAÇÃO PERMANENTE

Praticamente inexistente município que dedique especial atenção à fiscalização desse tributo. Talvez se possa mesmo afirmar que em muitas comunas não há sequer um fiscal destacado para essa função. Isto provoca uma dispersão de recursos, favorecendo grande margem de sonegação.

Faltando a fiscalização, as firmas emitem as NOTAS FISCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS apenas em número suficiente para justificar sua declaração de imposto de renda. A fiscalização poderá revelar que o movimento real da empresa foi muito superior ao declarado, principalmente se se confrontarem as despesas com empregados, tributos, aluguéis, aquisição de máquinas e equipamentos (ativo fixo) e outras. Um corpo de fiscais preparados não representará grandes ônus para os cofres públicos e, por outro lado, será, com sua atuação, um fator preponderante para o correto recolhimento do ISSQN.

Ademais, essa fiscalização poderá também ser dirigida à verificação "in loco" da Declaração de Dados Informativos Necessários à Apuração dos Índices de Participação dos Municípios Paulistas no Produto da Arrecadação do ICM, a conhecida DIPAM, resultando também num aumento da receita desse tributo através do valor adicionado.

Essa função poderia perfeitamente ser executada pelos fiscais do ISSQN, pois para tais atividades são exigidas qualificações semelhantes.

## 3. EFETIVA EXECUÇÃO DOS DÉBITOS FISCAIS

Esta medida assume importância fundamental, pois se não houver a cobrança judicial dos contribuintes faltosos, inúteis serão os procedimentos já expostos. Saliente-se que essa providência poderá se efetivar logo após o vencimento da obrigação fiscal, no próprio exercício - em que esse débito é caracterizado como resíduo ativo -, não havendo necessidade de se esperar o exercício seguinte, quando então passará à dívida ativa.

A execução imediata servirá de exemplo aos maus contribuintes e estimulará aqueles pontuais em suas obriga-

ções tributárias. Isto reverterá em benefício de todos, pois do fruto da arrecadação advirá a oportunidade de se realizar tudo aquilo que a população pede e espera.

CONCLUSÕES

Aparelhar-se devidamente para promover a arrecadação do IMPQSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN, em bases que realmente fortaleçam a receita pública, deve, portanto, ser prioridade das prefeituras na área tributária, adotando-se, para tanto, as medidas concretas já sugeridas:

1. Atualização contínua do cadastro
2. Fiscalização permanente
3. Efetiva execução dos débitos fiscais

Câmara Municipal de Jundiaí, abril de 1977.

Delegação de vereadores:

(aa) LÁZARO DE ALMEIDA,  
Presidente.

ARIOVALDO ALVES

EDMAR CORREIA DIAS

JOSÉ RIVELLI

TARCÍSIO GERMANO DE LENOS

Confere com o original.

(a) Guinéz Marcos Pantoja,  
Diretor Legislativo.  
18-4-1977



52  
24.04.77

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

JUNDIAÍ, Domingo, 24/Abril/1977 — Ano XIII — No 3.551

# Municípios paulistas reúnem-se no Congresso Estadual, em Praia Grande



Em 1976, além do governador Paulo Egídio, também Geisel esteve presente no Congresso.



O secretário da Fazenda, Murilo Macedo, preside a solenidade de instalação do Congresso promovido pela APM, entidade dirigida por Wilson José.



Em solenidade a ser presidida pelo secretário da Fazenda, Murilo Macedo, instala-se hoje, às 20 horas, em Praia Grande, o XXI Congresso Estadual de Municípios, promovido pela Associação Paulista de Municípios e reunindo a maioria das cidades do Estado, inclusive Jundiaí, que se fará presente através de uma representação de seu Legislativo.

O Congresso se estenderá até o próximo dia 29, no Océan Praia Clube, quando estará presente o governador Paulo Egídio Martins, e paralelamente a sua realização haverá o III Seminário de Participação Comunitária, organizado por d. Lila Byington Egídio Martins. Hoje, pela manhã, a APM, sob a presidência de Wilson José, realizará reuniões preliminares, para o recebimento de credenciais e inscrição das teses que serão discutidas durante o encontro municipalista. A noite, na sessão solene de abertura do Congresso, o secretário da Fazenda Estadual presidirá os trabalhos, durante os quais falarão o prefeito de Praia Grande, Dorivaldo Leite Júnior, e o presidente da Câmara Municipal daquela cidade, Florivaldo Borges Queiroz. Na oportunidade o secretário Jorge Maluly Neto, do Trabalho, será agraciado com o Troféu do Mérito Municipalista, seguindo-se uma exibição de audiovisual da COESP, sobre o seguro rural, e apresentação de show artístico.

#### PROGRAMAÇÃO

A partir de amanhã, prosseguindo até o dia 28, a programação do Congresso Municipalista constará de sessões plenárias, pela manhã; palestras das autoridades, no período da tarde; e, à noite, um Curso de Direito e Administração Municipal, sob a coordenação do prefeito de São Bernardo do Campo, Tito Costa.

A série de palestras, a ser iniciada amanhã, às 15 horas, terá a participação de José Bonifácio Coutinho Nogueira, Rafael Baldacci Filho, Fernando de Barros, Jorge Wilhein, Nelson Marcondes do Amaral, Afrânio de Oliveira, Ademar de Barros Filho, senador Franco Montoro, coronel Erasmo Dias (titular da Secretaria de Segurança Pública), Onadir Marcondes e Luis Marcelo, das Centrais Elétricas de São Paulo. Caberá ao próprio coordenador, Tito Costa, a abertura do Curso de Direito e Administração, amanhã, às 19 horas, focalizando «Responsabilidade de prefeitos e vereadores»; logo depois o jurista Hely Lopes Meirelles falará sobre «Loteamento e zoneamento»; dia 26, Geraldo Ataliba discorrerá a respeito de «Impostos municipais»; enquanto Francisco Otávio de Almeida Prado abordará «Taxas municipais»; dia 27, «Servidores públicos», tema por Celso Antonio Bandeira de Melo, e «Administração indireta», a cargo de Adilson de Abreu Dallari. No dia 28 a aula será de responsabilidade do professor Pedro Luciano Marrey Júnior, expondo as «Implicações tributárias na definição da área urbana».

Todos os conferencistas participarão, após as aulas, de mesa de debates, estando convidados os professores Nireles Monticelli Breda, Carlos Arnaldo Silva, Armando Marcondes Machado, Raul Armando Mendes, Mair Godoi, Edgar Neves da Silva, Eugênio Montoro e Toshio Mukai.

*Jornal de Jundiaí, 24-04-77*

## A representação de Jundiaí

Como nos anos anteriores, a Câmara Municipal de Jundiaí se fará representar ao Congresso Estadual de Municípios por uma comissão de cinco vereadores e submeterá à apreciação dos congressistas diversos estudos relacionados com o temário da reunião. Lázaro de Almeida (presidente), José Rivelli, Edmar Correia Dias, Ariovaldo Alves e Tarcísio Germano de Lemos compõem a delegação jundiaíense, já instalada na Colônia de Férias dos Artistas, na Cidade Ocian.

Este ano Jundiaí está levando ao Congresso Municipalista três moções, duas teses e uma indicação sob os seguintes títulos: "A Fepasa e seus inativos e pensionistas" (autor, José Rivelli), "Contagem recíproca de tempo de serviço" (mesmo autor), "Apoio às justas reivindicações dos ferroviários da Fepasa e Zona da Mogiana, solicitando providências do Governo do Estado a fim de solucionar o problema da marginalização desta classe" (autor, Tarcísio Germano de Lemos), "Remuneração do Funcionalismo Público Civil Estadual" (autor, José Rivelli), "Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza como fator prevalecente na Receita Tributária" (de todos os componentes da delegação) e "Criação do Consórcio Intermunicipal de Assistência aos Alunos Excepcionais" (autor, José Rivelli).

### PRIORIDADE AO ISSQN

Dentre esses trabalhos, destaca-se a tese de autoria dos cinco membros da Comissão, que propõe a adoção, pelos municípios, de diversas medidas no sentido de obter-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qual-

quer Natureza (ISSQN), para que este tributo passe a representar um real reforço aos cofres municipais.

Para que as prefeituras possam realmente sentir todo o potencial encerrado no ISSQN, a delegação de Jundiaí sugere três "medidas concretas": 1) Atualização contínua do cadastro; 2) Fiscalização permanente; e 3) Efetiva Execução dos Débitos Fiscais.

Em relação à primeira medida, os autores da tese lembram que experiências foram feitas na Capital e em outros municípios, inclusive no nosso, para que os contribuintes, através da remessa de impressos pelo Correio, fizessem seu próprio cadastramento, preenchendo os formulários e remetendo-os à repartição competente da Prefeitura, não resultando, porém, tal prática, os efeitos que eram esperados.

Portanto, afirmam, "há que se realizar um levantamento de campo, cadastrando-se todos os contribuintes e mantendo-se atualizado esse cadastro. A importância desta medida está em que dela decorre a possibilidade de uma efetiva cobrança, de uma fiscalização ativa e enérgica, de um controle sistemático e, também, para o próprio lançamento. Um cadastro organizado e eficiente será um dos pontos efetivos para o fortalecimento da receita através do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza".

Complementando, sugerem aos municípios a formação de corpos especializados de fiscais e a execução imediata dos débitos dos contribuintes faltosos, mediante o que, acreditam, obter-se-á um real fortalecimento da receita pública.

# Críticas à última atuação de Jundiaí marcaram início do 21.º Congresso de Municípios

Elogios à indicação de Lázaro de Almeida para a 1.ª vice-presidência da mesa de trabalhos e contundentes críticas de quase todos os congressistas que ocuparam a tribuna à abertura de Jundiaí no último encontro, marcaram a abertura do 21.º Congresso Estadual de Municípios, domingo, no Océan Praia Clube, em Praia Grande, com a presença de cerca de três mil municipalistas.

A participação de Jundiaí no congresso do ano passado foi comentada em primeiro lugar pelo vereador e líder da bancada emedebista Tarcísio Germano de Lemos — que, juntamente com os vereadores Lázaro de Almeida, Ari Castro Nunes Filho, Edmar Correia Dias, Henrique Vitorio Franco, prefeito Pedro Fávaro e vice-prefeito Ary Wossen formou a comitiva jundiaíense. Tarcísio foi o segundo congressista a ocupar a tribuna — o primeiro foi o presidente da Câmara de Sorocaba, Edward Frufru Marcelano — e em seu pronunciamento fez questão de salientar as razões de estar participando do encontro:

— A razão de nossa vinda a este congresso foi a de trazer o apoio do presidente deste conclave, e principalmente, desfazer a imagem plantada por nossa cidade, é forçoso que

reconheçamos, não muito elogiável no último Congresso. Entendemos nós que um verdadeiro municipalista não tem e não deve ter partido, não exerce cargos e nem funções. Por essa razão é que viemos a este congresso, trazendo uma imagem nova de nossa cidade, e tivemos a felicidade de sermos tão bem recebidos.

Depois de seu pronunciamento, os outros congressistas que ocuparam a tribuna também comentaram a participação de Jundiaí no último encontro, elogiando ainda a eleição do vereador Lázaro de Almeida para a 1.ª vice-presidência (ao contrário das outras vezes, neste 21.º Congresso Estadual de Municípios, foi apresentada apenas uma chapa — justamente encabeçada por Lázaro de Almeida — para a composição da mesa). Os ataques foram tantos que foi necessária a intervenção do presidente do conclave Wilson José, que pediu a todos que não dessem mais esse enfoque aos seus discursos:

— O Lázaro seria eleito fosse vereador de qualquer município. Não vamos voltar a um passado que não chegou a marcar nada e nem chegou a perturbar ninguém. Pode-se até reconhecer a contribuição de Jundiaí no ano passado, porque

todos os movimentos são feitos também de algumas contestações. O que houve em 1976 no Guarujá foi ofuscado diante do brilho do próprio congresso. A mesa não tolerará mais de forma alguma qualquer enfoque nessa sentida, finalizou Wilson José.

## INSTALAÇÃO

O 21.º Congresso Estadual de Municípios foi aberto às 10 horas de domingo, pelo presidente da Associação Paulista de Municípios, jornalista Wilson José, que instalou a primeira sessão preparatória, informando a todos que a economia interna da APM não seria discutida em plenário, e sim verificada pela diretoria da entidade. Frisou ainda que os problemas internos de cada município também não seriam objetos de discussões, argumentando que cabe a cada edilidade avaliá-los e buscar soluções. «O Congresso discutirá o problema de todos os municípios conjuntamente e de forma global», informou.

A sessão preparatória, que tem como objetivos a verificação de credenciais, composição de comissões e sub-comissões para estudos dos trabalhos apresentados, teve fim com a eleição da mesa coordenadora dos trabalhos, no qual saiu vitoriosa a única chapa ins-

crita, União, encabeçada pelo presidente da Câmara de Jundiaí, e integrada ainda por Edson Luiz Bonazin, prefeito de Santa Rosa do Viterbo, Alcirio Bueno da Silva, vereador de Colômbia, e Manoel Batista Mendes, prefeito de Santo Anastácio, respectivamente nas 2.ª, 3.ª e 4.ª vice-presidências. As secretarias ficaram com Antonio Ruetto, presidente da Câmara de Itapira, Ari Mariano Pereira, prefeito de Eldorado, Maria Pieruzzi de Souza, vereadora de Cubatão e Rubens Bonvino, vereador de São José do Rio Preto.

A posse da mesa ocorreu por volta das 11 horas, e Lázaro de Almeida, bastante emocionado, agradeceu a sua eleição e o prazer que era a ele proporcionado em poder voltar a participar de tal encontro, «já que há quase 25 anos exercemos o mandato de vereador». Depois disso, Osmir Godoy, coordenador da «Carta de Praia Grande», solicitou aos presentes que se inscrevessem para formar as comissões permanentes, em número de quatro — de ICM, Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto Sobre Serviços; de Assuntos Gerais; e comissões para estudo das receitas transferidas da União ao município e do Estado aos municípios.

## REABERTURA



O secretário do Trabalho, Maluly Neto, foi homenageado com o troféu do Mérito Municipalista. A direita, o jornalista Wilson José, presidente da Associação Paulista de Municípios, entidade promotora dos congressos.

Os congressistas, que depois da sessão preparatória ficaram com a tarde livre, reiniciaram os trabalhos por volta das 20 horas, com a instalação solene do congresso pelo secretário da Fazenda, Murilo Macedo. Na oportunidade, o secretário do Trabalho, Jorge Maluly Neto foi agraciado com o troféu do Mérito Municipalista, pela sua contribuição ao último encontro. Além desse, o presidente da APM, Wilson José informou que serão entregues dois outros troféus, destinados ao prefeito de Praia Grande, Dorivaldo Loria Junior, e a dona Lila Egídio Martins, que instalou o V Seminário de Participação Comunitária, às 21 horas de domingo.

Esse seminário contou com uma alocução de dona Lila sobre a importância e a validade das campanhas destinadas a atender as situações de emergência e sensibilizar a população para uma ação conjunta, tendo ela acentuado que é necessário ir além das campanhas para agir positivamente na conquista de um âmbito social com mais justiça e mais recursos para a promoção do homem.

#### ONTEM

Os congressistas voltaram a se reunir às 15 horas de ontem, devido ao cancelamento da primeira sessão plenária, em virtude da necessidade das comissões se reunirem para examinar as teses propostas. O reinício da sessão plenária foi marcado por um ciclo de palestras, a primeira das quais proferida pelo secretário do Interior, Rafael Baldacci Filho. Na sequência falou o secretário da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira.

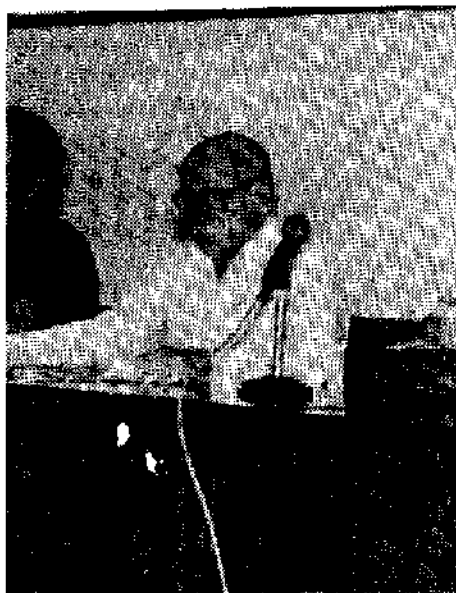
A noite, às 20 horas, ocorreu a instalação do curso de Direito e Administração, coordenado pelo prefeito de São Bernardo do Campo, Tito Costa, e com a primeira aula ministrada por Hely Lopes Meirelles.

O programa a ser cumprido hoje pelos convenções é idêntico ao de ontem, apenas com a novidade da inclusão das sessões plenárias diariamente a partir das 10 horas. E' ainda aguardada a presença do senador Franco Montoro, que anunciou a sua intenção de discorrer sobre o endividamento dos municípios brasileiros.

O congresso terá seu encerramento no dia 29, e alguns dos congressistas reclamaram das acomodações oferecidas pelos hotéis de Praia Grande, fato que levou o presidente da APM a explicar que o propósito da entidade foi realizar o encontro em um local onde as taxas de hospedagem não provocassem

um maior esvaziamento da receita municipal.

Além dos congressistas de Jundiaí, os municípios de Itupeva, Campo Limpo Paulista, Várzea e Itatiba, entre os da região, também mandaram representantes. O próximo encontro de municipalistas deverá ter como sede Aguas da Prata.



O presidente de nossa Câmara, Lázaro de Almeida, foi escolhido para a 1.ª Vice-Presidência do Congresso. Ao lado, Tarcísio Germano de Lemos, segundo orador a ocupar a tribuna em Praia Grande.

DIÁRIO DE S. PAULO — Terça-feira, 26 de abril de 1977

**LITORAL**

# XXI Congresso Estadual de Municípios: P. Grande

O crescimento da economia do Estado e a possibilidade de maiores recursos através do Imposto de Circulação de Mercadorias — ICM — foram dois pontos básicos no pronunciamento do secretário Murilo Macedo, da Fazenda, na abertura domingo no Oclan Praia Clube, de Praia Grande, do XXI Congresso Estadual de Municípios, promoção da Associação Paulista de Municípios que inicialmente conta com dois mil delegados inscritos.

«Se como presidente do Banco do Estado prometi um acesso mais fácil das Prefeituras às linhas de crédito, como secretário da Fazenda prometo uma luta ainda mais significativa», declarou Murilo Macedo afirmando também que está disposto a estudar medidas para melhoria das condições econômicas dos municípios. «Com relação a sistemática do Imposto de Circulação de Mercadorias eu mesmo estou realizando estudos visando seu aperfeiçoamento».

Depois do secretário da Fazenda falou o prefeito Dorivaldo Lória Júnior, de Praia Grande, classificando o encontro de «fraternal e amigo em busca de soluções para os problemas que afligem não apenas os municípios mas os Estados e à União. Não importa a procedência geográfica dos que aqui se encontram, porque na verdade, animados por um profundo sentimento de brasilidade todos desejam dar a sua prestimosa e indispensável colaboração no sentido de que este conclave alcance os objetivos colimados».

Os congressos desta natureza têm fundamental importância para a vida política, é um ato de fé, de estímulo e de trabalho construtivo e positivo. Construtivo pelo exame sério e acurado de todos os problemas submetidos à discussão e positivo especialmente pelo fato de estreitar cada vez mais as relações entre as autoridades, os responsáveis pelos destinos da coletividade, através da troca de idéias, de ensinamentos, novas técnicas, novos conhecimentos, de tudo enfim que possa, de alguma forma superar as deficiências de recursos e das potencialidades coletivas.

Nos congressos municipalistas prefeitos e vereadores expõem com coragem e veemência os pontos de vista e se usam em torno das mesmas aspirações e dos mesmos ideais com vistas sempre a solução de problemas comuns e à própria sobrevivência das comunidades. Prefeito e vereadores são sem dúvida os homens capazes de traduzir com a maior objetividade e clareza possíveis as aspirações do povo. São eles realmente com o se

costuma dizer os melhores e verdadeiros intérpretes dos interesses nacionais.

Várias são as funções dos congressos municipalistas entre as quais ressaltamos: contribuições para introdução aos municípios de modernas práticas de administração afastada de injunção de natureza política; revigoração da vida local; restauração do prestígio do município pelo fortalecimento das suas finanças; distribuição mais criteriosa de encargos e reorganização da administração municipal.

Acreditamos plenamente na contribuição do município na grande obra que o presidente Ernesto Geisel está levando a efeito. É preciso que todos se unam em torno da obra que o Governo Federal está realizando para colocar o Brasil no seu verdadeiro destino. E nos convencemos de que nenhum programa do governo da União será vitorioso sem que receba a contribuição valiosa das administrações municipais, saneadas, livres do perigo de improvisações, corrupção ou disputas políticas inúteis.

Nossas homenagens ao governo da União, na pessoa ilustre do Presidente Ernesto Geisel, ao Governo do Estado, na figura também ilustre do governador Paulo Egydio Martins; saúdo o secretário Murilo Macedo; minha palavra carinhosa à primeira dama do Estado, Lila Byington Martins, que em boa hora implantou o Seminário de Participação Comunitária, paralelamente ao Congresso dos Municípios. Apelo pelo apoio de todos, acima de injunções políticas ou partidárias em torno dos mais altos e legítimos interesses dos municípios, do Estado e da União. Que a carta de Praia Grande seja o espelho fiel desses salutaris princípios».

O presidente da Câmara de Vereadores de Praia Grande, Florivaldo Borges Queiroz após afirmar que «o município tem 10 anos de vida norteados dentro dos moldes da Revolução de 31 de Março de 1964, semeando a paz, o amor e o progresso constante «disse que» seria desnecessário repetir-se neste momento o alto significado de um encontro como o que hoje se concretiza.

Nesses encontros trazemos para a mesa do debate franco e honesto os problemas que nos são comuns e dentro do mais nobre espírito comunitário juntaremos nossas forças e nossas idéias e em comum partiremos em busca de soluções. Esse o municipalismo sadio, concretizado na união, no coletivismo, comunidade, autêntica irmandade refletida neste encontro das comunidades básicas do Estado, aqui abordando seus

buscando dentro do mais amplo espírito democrático as soluções justas que atendam aos interesses da coletividade!!

**PARTICIPAÇÃO**

O V. Seminário de Participação Comunitária que é promovido pelo FASPG — Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo — órgão presidido pela sra. Lila Byington Martins, tem como objetivo sensibilizar o motivar as lideranças municipais do Estado para que se conscientizem da necessidade de incrementar a participação comunitária em benefício do homem.

O secretário da Fazenda presidiu a mesa de instalação do XXI Congresso Estadual de Municípios, fazendo parte de mesma a sra. Lila Byington Martins; secretário Jorge Maluly Neto, do Trabalho, prefeito Dorivaldo Lória Júnior; Florivaldo Borges Queiroz, presidente da Câmara; coronel Dickens Ferraz, comandante do Fortaleza de Itaipu; cel. Elu Magalhães, diretor superintendente da COSEP; Jofre de Carvalho presidente e Emilio Peduti Filho, vice-presidente do BANESPA; Lázaro de Almeida, presidente da Câmara de Jundiaí, deputado federal Alcides Franciscato; deputado estadual Felício Castellano e Tito Costa, prefeito de São Bernardo do Campo. Ainda na mesa principal toda a diretoria e conselho da Associação Paulista de Municípios.

Para presidir todo o Congresso foi eleito Wilson José, presidente da Associação dos Municípios, elegendo-se ainda o 1º vice, Lázaro de Almeida, presidente da Câmara de Jundiaí, 2º vice — Edson Luiz Silva, vereador da Colômbia e 4º vice, Manoel Batista Mendes, prefeito de Santo Anastácio.

Foram eleitos ainda os secretários Antonio Ruette, presidente da Câmara de Itapira; Ari Mariano Pereira, prefeito de Eldorado, Maria Aparecida Pierugi de Souza, vereadora de Cubatão e Rubens Bouvino, vereador de São José do Rio Preto. A escolha foi realizada durante reunião preparatória do Congresso entre a diretoria e conselho da Associação. No encontro decidiu-se pela entrega de dois troféus, um ao prefeito Dorivaldo Lória Júnior pela colaboração que tem dado ao Congresso e outro a sra. Lila Byington Egydio Martins, em reconhecimento aos trabalhos que vem realizando em favor das comunidades do Interior junto ao Congresso Municipalistas através dos Seminários de Participação Comunitária.



Mj

## Congresso de Municípios: as teses de Jundiaí e Várzea já estão sendo apreciadas



**Arnaldo Netto**

Quatro comissões, uma delas sob a presidência do vereador Tarcísio Germano de Lemos, de Jundiaí, deram início ontem à apreciação das 45 teses recebidas no XXI Congresso Estadual de Municípios, que reúne, desde o último domingo, em Praia Grande, centenas de vereadores, prefeitos e outras autoridades da maioria dos municípios paulistas.

A 1ª Comissão do Congresso, que está sendo presidida por Lourival José de Almeida, foram distribuídas 12 teses, estando entre elas a que foi apresentada pela delegação de Jundiaí, sob o título «ISS como fator preponderante na receita tributária municipal». Foi designado relator desta tese o vereador Arnaldo Netto, da Câmara de Várzea Paulista.

O vereador Tarcísio Germano de Lemos, que preside a Comissão de Assuntos Gerais, é o relator de uma tese sobre «Participação do Município no Pedágio das Estradas Estaduais e Federais», de autoria do vereador Sebastião Medeiros, da Câmara de Diamantina. A mesma comissão foi distribuída tese apresentada pelo vereador Arnaldo Netto, a respeito do término dos mandatos dos prefeitos, sendo nomeado para relatá-la o vereador Aristides C. Gimenès, da Câmara de Dracena.

Várzea Paulista tem a representá-la nesse Congresso, além de Arnaldo Netto, os vereadores Alcides Graciano e João Canina, da bancada do MDB. Campo Limpo Paulista também se faz presente ao Congresso através de seu prefeito José Roberto de Assis e sete vereadores.

#### **PALESTRA DE MONTORO**

No final da tarde de ontem os congressistas tiveram oportunidade de ouvir uma palestra a cargo do senador Franco Montoro, que abordou o problema do crescente empobrecimento das cidades brasileiras, em face da pequena participação das mesmas no produto dos impostos que arrecadam. Segundo afirmou Montoro, do total de recursos arrecadados, apenas 7% ficam nos municípios, 32% vão para o Estado e 61% são carregados aos cofres da União.

Jornal de Jundiaí, 29.04.74

R/62

# GOVERNADOR ENCERRA EM PRAIA GRANDE O CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICIPIOS

Como convidado especial da Associação Paulista de Municípios, o governador Paulo Egydio Martins estará na noite de hoje em Praia Grande, a fim de presidir a sessão de encerramento do XXI Congresso Estadual de Municípios e receber o troféu de "Mérito Municipalista" que lhe foi outorgado no congresso anterior, realizado há um ano no Guarujá.

O atual encontro municipalista foi iniciado no último domingo, em sessão presidida pelo secretário Murilo Macedo, da Fazenda, oportunidade em que o titular da Pasta do Trabalho, Jorge Maluly Neto, recebeu a medalha de mérito municipal, e dona Lila Byington Egydio Martins, esposa do governador, instalou o V Seminário de Participação Comunitária. Desde o dia 25 o XXI Congresso promovido pela AFM vem realizando sessões plenárias, pela manhã, palestras das autoridades, à tarde, e o Curso de Direito e Administração Municipal, no período da noite, com a aula final sendo de responsabilidade do professor Pedro Luciano Marrey Junior,

focalizando "Implicações tributárias da definição de área urbana". Jundiaí se faz presente através dos vereadores Lázaro de Almeida, Tarcísio Germano de Lemos, José Rivelli, Edmar Correia Dias e Ariovaldo Alves, tendo apresentado diversas teses. Lázaro de Almeida, presidente da nossa Câmara Municipal, ocupa também a vice-presidência da mesa que dirige o encontro municipalista, enquanto que Tarcísio Lemos preside a Comissão de Assuntos Gerais.

## SEMINÁRIO

Paralelamente ao Congresso de Municípios, que hoje se encerra, realiza-se em Praia Grande o V Seminário de Participação Comunitária, organizado por dona Lila Martins, presidente do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo.

A primeira dama do Estado, que foi cumprimentada pelos vereadores jundiaíenses Lázaro de Almeida e Tarcísio G. Lemos, juntamente com José Silvio Bonassi, relações públicas da CICA, disse ao *11º Regional* que o objetivo do Seminário "é sensibilizar e motivar as lideranças municipais do Estado de São Paulo, para que se conscientizem da necessidade de incrementar a participação comunitária em benefício do Homem". Conforme assinalou, o Seminário procura, também, a formação de recursos humanos mais capazes, ou seja, a instrumentalização de técnicos e voluntários para um melhor desempenho de suas atividades "em programas comunitários que visam a apressar o processo de desenvolvimento social em nossas cidades, com os próprios meios de que dispõem", ou a criação de novos meios, quando for necessário.



D. Lila Martins cumprimentada pelos jundiaíenses.



Paulo Egydio vai à noite a Praia Grande para encerrar o Congresso dos Municípios

11491 Z SPJD  
11103 C SPSP  
ZCZC SPOGTX1219/13  
SPJD CN SPSP 052  
SPAULCSP 6606 32 13 1440

TELECARTA  
LAZARO DE ALMEIDA PRESIDENTE DA CAMARA  
MUNICIPAL DE JUNDIAI  
JUNDIAINSP

AUDIENCIA MINISTRO PREVIDENCIA SOCIAL MARCADA DIA  
VINTE PROXIMO PT COMPARECER SEDE ASSOCIACAO PAULISTA  
MUNICIPIOS DIA DEZENOVE DEZ HORAS ELABORACAO MEMORIAL REIVINDI  
CATIVO PT SOLICITO AUTORIZACAO RESERVA PASSAGEM BRASILIA PT EM  
BARQUE PREVISTO DIA VINTE DE MANHA PT ATENCICAMENTE

WILSON JOSEH  
RG 7.441.409

NNNN

11491 Z SPJD  
11103 C SPSP

70  
16/11/77

941

CAMARA MUNICIPAL JUNDIAI  
EXPEDIENTE

PROTOCOLO NO  
CLASSIF.

16/11/77

JUNDIAI  
11/11/77

## Municípios tentarão acordo para quitarem dívidas com o INPS

Prefeitos e vereadores de 17 municípios paulistas, inclusive Jundiaí, serão recebidos pelo ministro Nascimento e Silva, nesta próxima sexta-feira, tendo em vista a busca de uma solução para as pendências existentes entre as prefeituras deste Estado e o INPS, decorrentes, principalmente, do atraso de recolhimento de seus débitos a essa autarquia federal.

A audiência das autoridades municipais com o ministro da Previdência e Assistência Social foi marcada pelo presidente da Associação Paulista dos Municípios, Jorralista Wilson José, que dirigiu convite ao presidente da Câmara Municipal de Jundiaí para integrar a delegação. O vereador Lázaro de Almeida já confirmou sua presença ao encontro, ao qual também se farão presentes prefeitos e presidentes de Câmara de Santa Adélia, Conchal, Piracicaba, Itaquaquecetuba, Presidente Epitácio, Carapicuíba, Salto Grande, São Pedro do Turvo, Itapira, Buritizal, Praia Grande, Catanduva, Cosmópolis, Cananéia, Mogi-Mirim e Cândido Mota.

A idéia dessa audiência com o ministro Nascimento e Silva nasceu no último Congresso Estadual de Municípios realizado na Praia Grande e o presidente da APM, Wilson José, está confiante numa posição favorável aos municípios. Mesmo sob múltiplas formas de parcelamento — alega Wilson José — os municípios não estão em condições de saldar seus débitos junto ao INPS, eis que os juros e correção monetária incidentes sobre as dívidas até aqui, provocando sua ascendente elevação, tornaram impossível às prefeituras a sua total liquidação.

"DIÁRIO DE S. PAULO" - 17/5/77 - página 14 - Interior

## **PIRACICABA**

# **Delegação de prefeitos em Brasília**

Delegação de Prefeitos e Vereadores do Estado de São Paulo vai à Brasília na próxima sexta-feira. Vai tratar com o Ministro Nascimento e Silva das dívidas dos municípios para com o I.N.P.S.

Wilson José, que lidera a delegação, disse, que a Associação Paulista de Municípios marcou essa audiência em Brasília, para tentar resolver, as pendências existentes entre os municípios e o I.N.P.S., notadamente quanto às dívidas existentes. Disse, ainda, que a audiência será às 16:30 horas e que a decisão dessa audiência partiu do último Congresso de Municípios realizado em Praia Grande.

Wilson José acredita numa posição favorável aos municípios, os quais, mesmo sob múltiplos parcelamentos, não estão em condições de saldarem esses débitos, que acrescidos de juros e correção monetária provocam sua ascendente elevação, o que impossibilita às prefeituras a sua total liquidação.

A delegação será composta dos seguintes municípios: Santa Adélia, Conchal, Piracicaba, Itaquaquecetuba, Presidente Epitácio, Garapicuba, Salto Grande, São Pedro do Turvo, Itapira, Buritizal, Praia Grande, Catanduva, Cosmópolis, Capenêia, Mogi-Mirim, Cândido Mota e Jundiaí.

Journal de Jundiaí, 22-05-77

# Inps pode sustar ação contra os municípios

Com a promessa do ministro Nascimento e Silva de encaminhar o problema à apreciação do presidente da República, os prefeitos e presidentes de Câmara que estiveram anteontem em Brasília re-tornaram às suas cidades, esperançosos de que o INPS sustará a cobrança judicial dos débitos municipais e, ainda, cancelará os juros e correção monetária incidentes sobre essas dívidas que ultrapassam a casa dos Cr\$ 10 bilhões, somente no Estado de São Paulo.

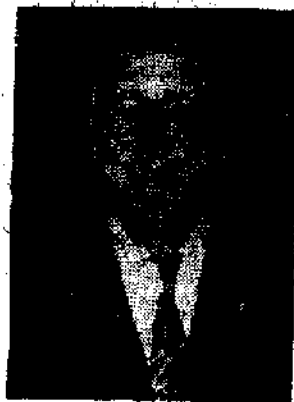
A comitiva de prefeitos e vereadores que esteve em Brasília, cheilada pelo presidente da Associação Paulista dos Municípios, Wilson José, foi recebida pelo ministro da Previdência e Assistência Social às 18h30m de quinta-feira, ocasião em que a este foi entregue um memorial solicitando a isenção de juros, correção monetária e multas incidentes sobre as dívidas dos municípios para com a Previdência. Estas dívidas, em alguns casos, perduram há

mais de dez anos, ascendendo hoje a quantias fabulosas, fora do alcance de pagamento dos municípios.

Jundiaí esteve representada ao encontro com o ministro Nascimento e Silva, através do vereador Lázaro de Almeida, presidente da Câmara Municipal.

## PARTIDO MUNICIPALISTA

Segundo informou o representante jundiaense, durante o encontro de prefeitos e vereadores paulistas em Brasília foi lançada a semente de uma nova agremiação política, cuja linha programática se fundaria na atuação das associações Paulista e Brasileira de Municípios. A idéia do Partido Municipalista Brasileiro — disse Lázaro de Almeida — foi recebida com entusiasmo por diversos membros do Congresso, inclusive pelo seu presidente, senador Petrônio Portela, que assegurou o seu apoio à iniciativa dos municipalistas.



Lázaro, um dos  
que foram a Brasília





## ANDAMENTO DO PROCESSO

## COMISSÕES

C. J. R.

C. F. O. \_\_\_\_\_

C. O. S. P.

**C. E. C. H. A. S.**

**Ao Sr. Vereador**

## A N E X O S

Fls. 1a 1b. 17/4/27.

AUTUADO EM 25 / 3 / 1977.

*[Handwritten Signature]*  
DIRETOR ADMINISTRATIVO